

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL - PLAGEDER

LAIR MEDEIROS DE ARAÚJO

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
MORRO ALTO, MAQUINÉ - RS

Santo Antônio da Patrulha

2013

LAIR MEDEIROS DE ARAÚJO

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA
DE MORRO ALTO, MAQUINÉ - RS

Trabalho de conclusão, submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto

Coorientador: Prof. Me. Irio Luiz Conti

Santo Antônio da Patrulha

2013

LAIR MEDEIROS DE ARAÚJO

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MORRO
ALTO, MAQUINÉ - RS

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (B)

Prof.(o). Dr.(a). Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto
Orientador
UFRGS

Prof.(o). Dr.(o). Augusto Mussi Alvim
PUC/RS

Prof.(o). Dr.(o). Leonardo Xavier da Silva
UFRGS

Santo Antônio da Patrulha, 15 de julho de 2013

AGRADECIMENTOS

Este estudo tem para mim um significado maior que a conclusão de um trabalho acadêmico, pois representa a vontade profunda de mudança e a não acomodação às contingências da vida.

Agradeço este trabalho in memória a Willy, meu pai, amigo leal, por nunca ter deixado de acreditar que a transformação era possível. A meu irmão Laury, pois generosamente, muitas vezes viabilizou as condições para que eu concluísse o curso. A meus filhos Tainá, Caio e neto Luan pela compreensão, pelas horas e dias de companhia que lhes soneguei. A meu colega de curso e esposo João, por ter me acompanhado nesse projeto de vida. E à colega e amiga Carmen Lúcia, pelo bom humor e perseverança.

Agradeço também à comunidade de Morro Alto e Prainha, especialmente a Deroci e família sempre solícitos, à Dona Antonia e seu kiko pela hospitalidade, à professora Beti pela franqueza e coração aberto e à Sonia e Wilson Andrade pela casa sempre aberta, à tia Bela, seu Manoel, Toninho e Maria Cândida, a todos aqueles que tornaram essa pesquisa possível.

E ao meu orientador Irio Conti, por suas incansáveis contribuições para que esse estudo se realizasse com consistência.

RESUMO

Este estudo aborda as políticas públicas compensatórias, na comunidade quilombola de Morro Alto, situada no Litoral Norte, no município de Maquiné, RS. O quilombo de Morro Alto é alvo de impactos negativos desde a construção da Rodovia BR 101, na década de 1970, o que se acirra com a ampliação dessa rodovia em 2005. As políticas públicas compensatórias são decorrentes das obras de ampliação da Rodovia BR-101 – SC/RS – Trecho Torres-Osório, que afetou o território do quilombo de Morro Alto, inclusive com a construção de túnel. A metodologia utilizada foi o estudo de caso com pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. O referencial teórico que respaldou a pesquisa é centrado na etnoecologia, e tem intrínseco a agroecologia e políticas públicas nas comunidades tradicionais. O objetivo deste estudo foi constatar se as políticas compensatórias DNIT- contribuíram para a transição agroecológica na comunidade quilombola, e quais foram seus desdobramentos. A justificativa deste projeto reside no escasso conhecimento sobre o quilombo de Morro Alto, após a ação dessas políticas compensatórias-DNIT. O estudo mostra que o projeto cumpriu parcialmente com as metas propostas de mitigação e de desenvolvimento sustentável. E outros atores sociais como a ANAMA complementaram o vazio deixado por essas políticas que cessaram sem chegar ao término, desempenhando papel fundamental no contexto de transição agroecológica. Tais ações levaram a mudanças qualitativas nas vidas das famílias agricultoras da comunidade quilombola de Morro Alto.

Palavras-chave: Transição agroecológica. Políticas públicas. Comunidade quilombola.

ABSTRACT

This study discusses the contributions and the impact of compensatory public policies, in the Maroons Community of Morro Alto, located on the North Coast, in the municipality of Maquiné, RS. The quilombo of Morro Alto is the target of negative impacts from the construction of the highway BR 101, in the decade of 1970, what is incited with the extension of this road in 2008. The compensatory public policies result from the works of extension of Highway BR-101 - SC/RS - Stretch Torres-Osorio, which affected the territory of quilombo Morro Alto, including with the construction of a tunnel. The methodology used was the case study with bibliographic research, documentary and field research. The objective of this study was to see if the compensatory policies DNIT- contributed to the agroecological transition in the Maroons Community, and what were its consequences. The justification of this project lies in the scarce knowledge about the Quilombo Morro Alto, after the action of these compensatory policies-DNIT. The study shows that the project complied partially with the proposed goals of mitigation and sustainable development. And other social actors as ANAMA complemented the void left by these policies which have ceased without reaching the end, playing a key role in the context of agroecological transition. These actions led to qualitative changes in the lives of farming families of maroon community of Morro Alto.

Keywords: Agroecological transition. Public policies. Black community.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAMA	Ações Nascentes Maquiné
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CEASA	Companhia Estadual de Abastecimento
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DNIT	Departamento Nacional de Infraestruturas de Transporte
ECOVIDA	Rede Ecovida de Agroecologia
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FCP	Fundação Cultural Palmares
FLV	Frutas, Legumes e Verduras
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBA	Programa Básico de Apoio
PBF	Programa Bolsa Família
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
ProUni	Programa Universidade para Todos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAU	Superfície Agrícola Útil
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Figura do Quilombo de Morro Alto, Maquiné/RS	25
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 METODOLOGIA	12
3 BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
3.1 Limites da agricultura convencional	15
3.2 Transição agroecológica e etnoecologia	17
3.3 Políticas públicas para comunidades quilombolas	21
4 CARACTERIZAÇÃO DO QUILOMBO DE MORRO ALTO	25
4.1 Morro alto no município de Maquiné	25
4.2 Políticas públicas reparatórias no quilombo de Morro Alto	38
4.3 Políticas compensatórias no quilombo de Morro Alto	31
4.4 Avaliação das políticas públicas reparatórias e compensatórias pela comunidade	32
5 TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO QUILOMBO DE MORRO ALTO	35
5.1 Famílias que aderiram à agroecologia	35
5.2 Mudanças na vida das famílias agroecologistas	38
5.3 Novas oportunidades a partir da agroecologia	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE I – Roteiro de entrevista Ação Nascente Maquine – ANAMA	57
APÊNDICE II – Roteiro de entrevista – Quilombolas de Morro Alto com produção agroecológica	58

1 INTRODUÇÃO

Este projeto tem como tema as políticas e práticas de etnodesenvolvimento na comunidade quilombola de Morro Alto, município de Maquiné- RS. Parte-se do pressuposto de que o termo etnodesenvolvimento contempla as políticas públicas e a agroecologia, no sentido da primeira tornar viável e factível a implantação da segunda como alternativa para o desenvolvimento sustentável de grupos étnicos.

As práticas agroecológicas remontam às culturas tradicionais e são avessas à ótica capitalista de produção intensiva, utilização de insumos artificiais, mecanização da agricultura e monocultura. Segundo Mielitz Neto e Melo (2009), a agricultura alternativa implica em reação à agricultura convencional e mudança para um paradigma de produção baseado na agroecologia, preservando o meio ambiente.

Atualmente, colhe-se o ônus da modernização da agricultura, que impactou de forma negativa, demonstrando sua inviabilidade no que concerne aos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Segundo Novaes (2001 apud DAL SOGLIO; KUBO, 2009, p. 41): “[...] os fatores fundamentais que ameaçam a sustentabilidade na agricultura prendem-se ao predomínio do padrão Revolução Verde: investimento intensivo em capital e insumos químicos; perda da diversidade biológica [...]”.

Com a intensificação desse sistema e o acirramento dos problemas, a agroecologia e o desenvolvimento rural tornam-se uma necessidade. E as políticas públicas se tornam essenciais nesse contexto, pois servem como instrumentos para implantar e desenvolver estes preceitos. Nas comunidades quilombolas essas políticas são fundamentais para auxiliar na transformação da realidade descrita acima, agravada pelo recorte racial e problemas sociais trazidos pela escravidão.

No quilombo de Morro Alto, as políticas públicas reparatórias e compensatórias são primordiais para a comunidade, que por duas vezes passou por impactos em seu território, decorrentes da construção e ampliação da Rodovia BR101. A hipótese é de que as políticas públicas compensatórias vinculadas ao Departamento Nacional de Infraestruturas de Transporte (DNIT) foram determinantes para a mudança de paradigma da produção convencional, ao alertar os agricultores para seus efeitos nocivos à saúde e degradação ambiental. Pois propiciaram aos agricultores o contato com a agroecologia, esclarecendo e, orientando no âmbito das políticas públicas e promovendo parcerias. Entende-se que, quanto maior for o envolvimento dos agricultores com as políticas oferecidas, maior será seu empenho e probabilidade de transformação da realidade na qual vivem, contribuindo para o

seu empoderamento e abrindo um leque de possibilidades que vão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a parcerias com Organizações Não-Governamentais (ONGs) e redes.

Nesse contexto põe-se como problema de pesquisa: Quais as contribuições das políticas públicas compensatórias do Departamento Nacional de Infraestruturas de Transporte na transição agroecológica na comunidade quilombola de Morro Alto- Maquiné?

Para dar conta deste problema de pesquisa, este estudo traçou como objetivo geral investigar a realização das políticas públicas compensatórias destinadas ao quilombo de Morro Alto, e seu potencial como instrumentos capazes de propiciar a transição agroecológica nessa comunidade.

Para o cumprimento deste objetivo geral estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar as políticas públicas compensatórias de responsabilidade do DNIT direcionadas ao quilombo de Morro Alto;
- b) caracterizar as famílias da comunidade que acessam as políticas direcionadas ao quilombo e os seus sistemas produtivos;
- c) descrever os recursos utilizados pelos agricultores, o acesso a informações, e outras políticas públicas como o PNAE- utilizados para operacionalizar a transição de sistema de produção agrícola;
- d) investigar os impactos gerados nas unidades produtivas devido à opção pelo sistema agroecológico.

A justificativa do projeto encontra-se, na necessidade de se obter um conhecimento mais acurado sobre a ação das políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas, como elemento que faculta a mudança de sistemas de cultivo. E também em razão das dificuldades que os bananicultores quilombolas encontram para inserir-se na produção agroecológica, e do desconhecimento acerca dos recursos disponíveis através das políticas públicas que possibilitam a adesão deste sistema e abandono da produção convencional. Além da modesta contribuição deste estudo a escassa literatura sobre a condição atual dos agricultores quilombolas de Morro Alto, após as medidas compensatórias implementadas pelo DNIT entre 2010 e 2012.

Com relação à organização do estudo, ele está dividido em cinco capítulos. No primeiro faz-se uma breve introdução sobre o tema etnodesenvolvimento; a importância das políticas públicas no contexto quilombola de Morro Alto; e a agroecologia em oposição à modernização conservadora. Ainda situa o leitor acerca da problematização e dos propósitos

da pesquisa, seu direcionamento e justificativa. No segundo descreve-se a metodologia utilizada, a teoria e a prática que guiou a pesquisa: a forma como ela se desenvolveu, os caminhos trilhados, o tipo de abordagem teórica que a regeu, os procedimentos de coleta e análise dos dados. O terceiro capítulo aborda uma revisão bibliográfica, que embasa a pesquisa com a contextualização e fundamentação dos limites da agricultura convencional, a implantação desse sistema e as suas implicações econômicas, sociais e ambientais. A transição agroecológica e os preceitos da etnoecologia, e as políticas públicas no geral que contemplam as comunidades quilombolas.

O quarto capítulo trata da caracterização do município de Maquiné e do quilombo de Morro Alto, com sua localização, dados demográficos, geográficos, ambientais, antropológicos, históricos, da economia e das atividades produtivas. E as condições socioeconômicas e culturais do quilombo, bem como as políticas públicas direcionadas à comunidade. A origem das políticas públicas reparatórias e compensatórias, a caracterização e aplicação daquelas que contemplaram o quilombo e a avaliação dessas políticas pela comunidade. O quinto capítulo aborda a parte empírica com os resultados das entrevistas, traçando o perfil das famílias que aderiram à agroecologia, as mudanças e oportunidades a partir desse novo contexto, e a análise dos dados obtidos. E, por último, as considerações finais nas quais é possível verificar a veracidade das suposições iniciais que regeram o trabalho quanto à contribuição das políticas públicas compensatórias DNIT na transição agroecológica no quilombo de Morro Alto.

2 METODOLOGIA

Este capítulo aborda de forma sucinta a metodologia em que foi embasado este estudo, traçando a teoria e as ações que orientaram a pesquisa. A metodologia indica a via a ser trilhada pelo pesquisador, ao mesmo tempo em que é o próprio caminho, para se atingir a um determinado objetivo. Os procedimentos para atingir os propósitos da pesquisa estão calcados em métodos científicos que possibilitam averiguar a realidade estudada.

O tipo de estudo escolhido para alcançar os objetivos propostos, foi o estudo de caso, por transcender o foco individual e abranger grupos e as comunidades onde se aplicou a pesquisa, o que deu uma compreensão maior do objeto de estudo. Segundo Triviños (2011), nesse tipo de pesquisa se analisa com profundidade o que se refere ao objeto de estudo e, de forma complexa e sistêmica, no que tange ao universo estudado e às suas relações.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, objetivando a verificação da adesão dos bananicultores à agroecologia na comunidade quilombola. A opção por essa abordagem é justificada pela sua capacidade de analisar as relações sociais e fenômenos complexos e pela premissa de que os atores sociais são fundamentais em qualquer contexto.

Segundo Minayo e Sanches (1993), a pesquisa qualitativa é essencialmente subjetiva, pois trata de simbolismos, pareceres, crenças, valores, ações e hábitos. Os autores entendem que ela: “[...] adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

A partir da perspectiva trazida pela pesquisa qualitativa, investigou-se a realidade da comunidade quilombola de Morro Alto, no município de Maquiné, campo de estudo do referido trabalho. Na pesquisa qualitativa a amostra compreende a população como “conjunto de objetos, pessoas, coisas e fenômenos” (TRIVIÑOS, 2001, p. 76). Assim, a amostra ocorreu com famílias de agricultores, em sua maioria bananicultores, das comunidades de Prainha, Aguapés, Espriado e Morro Alto que pertencem ao território quilombola. A população que fez parte da pesquisa foi escolhida de acordo com os seguintes critérios de seleção: agricultores com posse de certificação de produtores agroecologistas; agricultores em processo de transição agroecológica; agricultores contemplados com o benefício de alguma política pública compensatória fornecida pelo DNIT e agricultores que fazem parte da comunidade quilombola de Morro Alto.

Na coleta de dados os procedimentos metodológicos para esta pesquisa foram através de um levantamento documental e pesquisa eletrônica, com leitura de fontes oficiais dos

governos federal, estadual e de instituições governamentais e não governamentais. As fontes utilizadas foram as primárias como os documentos oficiais, reportagens de jornais, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, artigos, livros e teses. E secundárias, constituindo-se naquelas que já passaram por crivo anterior, como relatórios de pesquisa, tabelas e outros.

A identificação prévia do material existente sobre o tema ocorreu com a execução de levantamento bibliográfico e posterior análise e fichamento das informações. A localização desse material se deu em bibliotecas e sites oficiais, arquivos públicos e privados, acervos de universidades, prefeituras de municípios do Litoral Norte, Osório e Maquiné e na associação quilombola de Morro Alto. A compilação, que consistiu na sistematização desse material, se deu através de impressão, fotocópias e armazenamento das informações em mídia.

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas, aplicadas em seis famílias, no mês de abril de 2013, em períodos alternados. As entrevistas foram com agricultores que estão em fase de transição para a agricultura agroecológica, sendo que alguns destes são representantes da associação quilombola, e entidades não governamentais. Fez parte da amostra o responsável pelo domicílio e demais membros relevantes no processo produtivo como as esposas e filhos dos agricultores. Os entrevistados da ONG foram: a coordenadora de projetos, a coordenadora pedagógica e a auxiliar administrativa do projeto Grupo Sabores da Terra-associação informal de produtores orgânicos de Frutas Legumes e Verduras (FLV), composta por agricultores familiares da região de Maquiné.

Para o melhor entendimento da trajetória desses agricultores quilombolas na mudança de sistema produtivo, optou-se por descrevê-los de acordo com a sua procedência e identificá-los por números. E de analisá-los em duplas ou individualmente de acordo com suas respectivas localidades.

As famílias de agricultores quilombolas do território de Morro Alto entrevistadas foram seis. São elas: a dupla da Prainha, composta pelas Famílias 01 e 02; a de Morro Alto, com a Família 03, que reside no núcleo, e a 04, na Lagoa do Ramallete; e por último as Família 05, de Aguapés e a 06, de Espreado, que foram abordadas individualmente. As famílias que tem representantes na associação quilombola estão em maior número e são elas a de número 03, com o cargo de tesoureiro; a 04, com a de vice-tesoureiro; a 05, com a de conselheiro fiscal; a 06, empossada como vice- presidente.

A análise dos dados foi documental para os documentos e análise de conteúdo, através das leituras das falas das famílias e funcionários de ONG, realizadas por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos. A análise de conteúdo é temática, com leitura do

material e exploração do material classificado e organizado em categorias, finalizando com a interpretação e análise crítica das informações coletadas.

A metodologia adotada contempla a aplicação de entrevistas de acordo com a resolução 196, de 1996, a qual prevê que para a realização de pesquisa devem ser seguidos padrões éticos, tais como: a não remuneração dos entrevistados; comprometimento do pesquisador na condução da pesquisa; respeito à fala do entrevistado, evitando manipulação; e respeito à cultura, valores, credo e hábitos da comunidade em questão. E explicitação com clareza dos termos que regem essa pesquisa aos entrevistados e autorização de consentimento por escrito.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O capítulo a seguir discorre acerca da agricultura, transição agroecológica e políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas, dando uma panorâmica sobre as dimensões teóricas e, as práticas propostas pelas políticas públicas.

3.1 Limites da agricultura convencional

Para um melhor entendimento acerca da agricultura convencional cabe uma breve menção sobre sua gênese. A agricultura convencional surgiu como instrumento do projeto desenvolvimentista, que iniciou no Brasil a partir de 1950 e teve seu ápice durante a ditadura militar, principalmente nas décadas de 1960 e 1970. Ela está associada ao industrialismo e tem no petróleo principal recurso natural utilizado. Esse paradigma, de acordo com Dal Soglio e Kubo, vem se aperfeiçoando tecnologicamente, com o intuito de domínio da natureza:

A agricultura industrializada, também conhecida como agricultura convencional, é basicamente dependente do petróleo e de seus derivados e de tecnologias exógenas reformuladas, desenvolvidas e aprimoradas de tempos em tempos para o “controle” da natureza (DAL SOGLIO; KUBO, 2009, p. 41).

A artificialização dos processos naturais na agricultura implicou em aumento de produção agrícola, e trouxe para o campo a supremacia das relações capitalistas. A denominada agricultura convencional, inseriu-se no projeto de desenvolvimento, com a perspectiva de crescimento econômico, promovido pelo Estado. Este modelo não resolveu os problemas estruturais do país, como a pobreza, alavancando um desenvolvimento econômico unilateral em que somente alguns tiveram acesso às tecnologias e puderam se inserir no novo sistema de produção. A maioria da população rural se viu excluída desse processo de desenvolvimento, pois não tinha acesso aos “pacotes tecnológicos”, o que agravou os problemas sociais já existentes e geraram outros, como o êxodo rural, desencadeando consequências negativas no meio urbano.

O respaldo na aplicação da agricultura convencional e no desenvolvimento “a qualquer custo”, está centrado na teoria de que o aumento de produção agrícola levaria a superação da carência alimentar e fome, que aflige vários povos e países no mundo. Este prognóstico nunca se concretizou, ao contrário, acirrou os problemas sociais, conforme vemos a baixo em Tavares, ao analisar o contexto brasileiro:

[...] não resolveu o problema do subdesenvolvimento com má distribuição de renda e provocou um aumento gigantesco da pobreza urbana. O inchaço das cidades, com um setor de serviços de baixa qualidade e mercados crescentemente informais de serviços em todas as metrópoles, aumenta a miséria e piora a distribuição pessoal de renda (TAVARES, 2007, p. 2).

O papel da agricultura nesse paradigma é definido por Rambo e Filippi (2008), como o de supridor de matérias prima à industrialização e de alimentos a população urbana, e de consumidor de produtos industrializados, como os insumos e máquinas, que fomentam a renda do setor moderno. Surgiu então, um perfil diferenciado de agricultor, altamente competitivo, que junto com a padronização da agricultura, forjou a falência de inúmeras propriedades familiares, provocando a elevação da pobreza rural. Segundo Rambo e Filippi (2008, p. 136), “a adoção de técnicas e tecnologias novas e modernas gerou, por um lado, progresso econômico, mas por outro, houve um aumento considerável das desigualdades e exclusão social, principalmente no espaço rural”.

Assim, a concepção de desenvolvimento no campo concretizou-se com a Revolução Verde, que visava à produção em grande escala para a exportação, através da mecanização da agricultura e a prática da monocultura, que no Brasil, se deu com a produção de soja, trigo e milho. Esse sistema produtivo provocou o desmatamento, e o uso abusivo dos recursos naturais, assim como o uso intenso de agrotóxicos, e insumos artificiais. O que acarretou vários fatores ambientais negativos como a poluição dos rios, mananciais, lençóis freáticos, ar, clima, solo, restringiu ainda os ecossistemas e a biodiversidade, e comprometeu a sobrevivência no planeta, a médio e longo prazo.

E trouxe ainda impactos sociais e culturais, tais como o desemprego do trabalhador agrícola, o avanço de fronteiras agrícolas em direção ao oeste e norte do país, concomitante a postura de desvalorização dos saberes locais e da diversidade cultural, depreciados diante dos valores urbanos. A contrapartida daqueles produtores que não acompanharam os pacotes tecnológicos é constatada no texto: “A adoção de técnicas e tecnologias novas e modernas gerou, por um lado, progresso econômico, mas por outro, houve um aumento considerável das desigualdades e exclusão social, principalmente no espaço rural” (RAMBO; FILIPPI, 2008, p. 136).

A Revolução Verde, apoiada no discurso falacioso de amenizar a fome no mundo, subverteu a essência do problema que reside na desigualdade do acesso aos alimentos e não na produção destes. Nos anos de 1980, os modelos de agricultura convencional e

desenvolvimento conservador, entram em processo de exaustão criando um impasse, demonstrando a insustentabilidade do sistema como afirma Meneghetti, a seguir:

Os sinais de que o modelo de desenvolvimento rural se esgotou podem ser constatados nos sistemas de produção agrícola, que carregam um elevado grau de ineficiência energética e causam impactos ambientais como a erosão dos solos, a poluição das águas e dos solos por nitratos, fosfatos e agrotóxicos, a contaminação dos agricultores e dos alimentos, a destruição das florestas, a diminuição da biodiversidade e dos recursos genéticos e a destruição dos recursos não renováveis (MENEGETTI, 2000, p. 8).

Diante das perspectivas nada promissoras desse paradigma, surge, em oposição, o desenvolvimento sustentável, que acena com a alternativa do uso racional dos recursos naturais e ações mitigadoras, que, segundo o relatório de Brundtland citado por Meneghetti, é conceituado da seguinte forma:

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável, de garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem as suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem limites, não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade de a biosfera absorver os efeitos da atividade humana (MENEGETTI, 2000, p. 12).

O desenvolvimento sustentável traz no seu bojo a sustentabilidade social econômica e ecológica que, tem como base a agroecologia, tema abordado na próxima seção.

3.2 Transição agroecológica e etnoecologia

Para compreender a dinâmica das relações das comunidades tradicionais com o meio ambiente, e consequente adesão a agroecologia, a etnoecologia é instrumental teórico eficaz. Pois, traz uma abordagem multidisciplinar, embasada nos saberes tradicionais, resgata a cultura, o conhecimento e a prática dessas comunidades. De acordo com Santilli (2005), a etnoecologia está associada ao tripé: crença - visão de mundo, conhecimento e prática, o que, remete ao manejo adaptativo e diversificado, e pesca responsável. Os saberes e fazeres das comunidades tradicionais estão presentes notadamente na agroindústria, bioextrativismo, cultivos e práticas ecológicas alternativas. O autor comunga com Coelho-de-Souza et al., que salientam os seguintes aspectos:

Nesse contexto de reconhecimento da importância da biodiversidade e da diversidade cultural, bem como da importância dos saberes e práticas tradicionais para a sustentabilidade do manejo dos recursos naturais, a Etnoecologia constitui-

se em um campo de conhecimento, na interface entre a Antropologia e a Ecologia que contribuiu para a construção da síntese socioambiental (COELHO-DE-SOUZA et al., 2009, apud COELHO-DE-SOUZA, 2011, p. 27).

Dessa forma o “savoir faire” das comunidades tradicionais está estreitamente relacionado à natureza, o que decorre em práticas agrícolas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

Ainda, segundo Coelho-de-Souza et al. (2011), a etnoecologia é interdisciplinar com ênfase na ecologia e antropologia, e foca no conhecimento e manejo dos recursos naturais pelos povos tradicionais. Dentro da cosmovisão das comunidades tradicionais, a biodiversidade não é vista como recursos naturais, mas sim de forma holística, que confere aos seres vivos valores simbólicos.

As comunidades tradicionais trazem subjacentes ao seu “modus vivendi”, questões que estão na pauta ambiental nas últimas décadas. Pois suas práticas tradicionais se traduzem em métodos que preservam a biodiversidade, mitigam os problemas ambientais decorrentes do manejo dos recursos naturais de forma invasiva e remetem a agroecologia. E a etnoecologia, se propõem a analisar e contribuir, ao trazer novas perspectivas, como a noção de justiça ambiental e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), de acordo com Coelho-de-Souza et al.:

Ela se debruçou sobre temas como populações tradicionais, territórios tradicionais, manejo dos recursos naturais, segurança alimentar, nutricional e produtos da sociobiodiversidade, justiça ambiental, conservação da biodiversidade e valorização da diversidade cultural (COELHO-DE-SOUZA et al., 2011, p. 2).

As diversidades agrícola, biológica e cultural, estão interligadas e passam por questões que vão desde a segurança alimentar à preservação de comunidades tradicionais, e às próprias espécies.

Os preceitos etnoecológicos contrapõem a ideia de avanço tecnológico, e uso da ciência como instrumentos para o que se convencionou chamar de desenvolvimentismo, termo que enseja a noção de modernização e de crescimento econômico. Este conceito de desenvolvimento como foi dito anteriormente, passou a ser questionado há algumas décadas, pois não considera a qualidade de vida da população, que apesar desse crescimento, continua desprovida do acesso a bens e recursos.

Para Sen (2000), o desenvolvimento de uma forma mais ampla, implica em melhoria na qualidade de vida da população no geral e bem estar social, que passam pelo viés do acesso a educação, saúde cultura, política, desfrutando de uma condição de cidadania estendida a

todas as classes, minimizando as desigualdades sociais, não se restringindo somente as necessidades básicas e a questão econômica. Ainda segundo Sachs (2004, p. 36 apud MENEGETTI, 2000, p. 13), o desenvolvimento implica nas seguintes “dimensões de sustentabilidade: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural”.

Na década de 1980, no Brasil, surgiu o debate que esteve em pauta na Europa, desde a década anterior sobre os efeitos nefastos da Revolução Verde e da ação humana sobre a natureza de forma devastadora e suicida.

As alternativas para o desenvolvimento sustentável são diversas e a maioria delas tem por base a agroecologia e a valorização da diversidade cultural. Segundo Dal Soglio e Kubo (2009) a agricultura familiar trabalha muito com a perspectiva agroecológica, no sentido de potencializar a exploração dos recursos naturais, com preocupação com o meio ambiente, aproveitando o seu “capital ecológico”. Nesse contexto a agricultura familiar, as culturas tradicionais e a agroecologia coadunam no desenvolvimento rural sustentável, pois primam pelo desenvolvimento endógeno e a auto-suficiência no âmbito econômico e ambiental. Sobre o potencial da agroecologia os autores discorrem na citação abaixo:

Os métodos da Agroecologia comprovaram o potencial de suas estratégias para desenvolver uma agricultura sustentável e altamente produtiva, baseada na capacidade fotossintetizadora dos recursos vegetais, na conservação dos solos, no manejo de processos ecológicos, nos cultivos múltiplos e em sua associação com espécies silvestres, no “metabolismo” entre processo de produção primária, transformação tecnológica e reciclagem ecológica de resíduos industriais (DAL SOGLIO; KUBO, 2009, p. 98).

A revalorização dos saberes locais, regionais e da diversidade cultural, respeitando as particularidades e tradições, evidencia que as práticas agroecológicas remontam as culturas tradicionais.

A agricultura familiar, a policultura, a produção de alimentos orgânicos, surgem como alternativas para dinamizar a economia e conter o êxodo rural e configura-se em uma nova postura perante os problemas ecológicos. De acordo com Altieri (2002), a agroecologia é uma ciência ou disciplina científica, que exprime uma gama de fundamentos, conceitos e metodologias, com vista ao estudo, pesquisa, análise, direcionamento, desenho e avaliação de agroecossistemas, visando à implantação e desenvolvimento de formas de agricultura, de maior sustentabilidade.

A agroecologia sugere uma agricultura regenerativa, associada à agricultura familiar, com a utilização de recursos naturais como à energia solar e insumos orgânicos, os rodízios de

cultivos, plantas companheiras, adubação verde, compostagem, pousio, seleção de sementes, e outras práticas tradicionais. E estão ligadas a ideia de organização social, as redes, as trocas, e levam a iniciativas e experiências como os sistemas agroflorestais; a permacultura, as associações de turismo solidário, e o emprego de tecnologia na agropecuária de forma racional.

Assim a transição agroecológica, processo de mudança da agricultura convencional, torna-se imperativo para a transformação do quadro descrito anteriormente. Segundo Claudino et al. (2012, p. 57), a transição é processo que desencadeia transformações significativas de ordem estrutural e cultural, “transição no sentido de mudança, passagem de uma fase para outra, ou, alteração nas características culturais, estruturais, e/ou ecológicos em sistemas já estabelecidos”.

São vários os autores que comungam com a necessidade e premência da transição agroecológica, entre eles Caporal e Costabeber (2000, p. 29), que colocam a transição como via para a sustentabilidade e equidade social: “Como processo social orientado à obtenção de índices mais equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, equidade e qualidade de vida na atividade agrária”. Para estes autores a transição agroecológica:

[...] se refere a um processo gradual de mudança, através do tempo, nas formas de manejo dos agrossistemas, tendo-se como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção para o modelo de agricultura que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p. 29).

Para Caporal (2009, p. 19), “mais do que mudar práticas agrícolas, trata-se de mudanças em políticas e em enfoques econômicos e socioculturais que regem os processos de desenvolvimento”. A transição agroecológica não ocorre de forma homogênea e pressupõe estágios de desenvolvimento. Gliessman (2000, apud CAPORAL, 2009) divide o processo de transição em quatro níveis, a transição pressupõe uma ação temporária que principia pelas mudanças de valores e comportamentais, e culminam com a adesão agroecológica total. A orientação para a transição é de abstenção na utilização de produtos químicos, junto à associação de práticas conservacionistas e manejos ecológicos. Gliessman apresenta as etapas de transição e os fatores capazes que a caracterizam do sistema produtivo convencional para um modelo com base ecológica:

Sistema Convencional com redução de uso de insumos químicos, sem preocupação com a adoção de práticas alternativas. - Substituição de insumos químicos e práticas convencionais por alternativas de base ecológica. - Redesenho dos agroecossistemas

em propriedades, a partir do enfoque ecológico e sistêmico, com práticas de manejo ecológico do solo, rotação e diversificação de culturas, integração de sistemas agrícolas e de criação animal, florestamento e reflorestamento conservacionista, e outras práticas (GLIESSMAN, 2000 apud PAULUS, 2007, p. 867).

Sob este prisma e abordagem segue o estudo da experiência da passagem do sistema de produção agrícola convencional para o agroecológico no quilombo de Morro Alto.

3.3 Políticas públicas para comunidades quilombolas

As políticas públicas direcionadas ao setor rural segundo Mielitz Neto e Melo (2009), se fazem necessárias em razão das características intrínsecas a natureza, sujeitas a vulnerabilidades decorrentes do clima, pragas, doenças, mercado e outros. No Brasil o Estado a partir do início dos anos de 1980, foca políticas públicas voltadas para o meio rural que contemplam a agricultura familiar e comunidades tradicionais.

Com relação às políticas públicas para as comunidades quilombolas dentro do conceito de etnodesenvolvimento, elas incentivam a autogestão, o fortalecimento de representações nos grupos étnicos e a utilização dos recursos oferecidos pelo Estado. “No desenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades mais amplas, os planejadores do desenvolvimento tem que aprender a lidar com os fatores étnicos” (STAVENHAGEN, 1985 apud VERDUM, 2006, p. 75).

Embora a tônica aplicada seja o desenvolvimento endógeno, para que isto ocorra o Estado deve agir através das políticas públicas. Pois, essas, levam as comunidades tradicionais a superar o vazio representativo, e se articularem para a inserção social através de novas políticas públicas. Para Little, o diálogo dessas comunidades com as instituições e a capitalização dos recursos oferecidos, é primordial nesse processo:

O desafio para o grupo étnico local é utilizar as conexões que mantêm com grupos e instituições nos outros níveis organizações não governamentais, órgãos governamentais, agências multilaterais de financiamento, etc. - para seu próprio benefício (LITTLE, 2002, p. 43).

Os atores sociais envolvidos nas questões de etnoconservação e no processo de desenvolvimento rural vão desde os integrantes das comunidades tradicionais, aos gestores de políticas públicas, as instituições não governamentais, universidades e pesquisadores, ambientalistas e associações agroecológicas, órgãos de assistência técnica, movimentos sociais e outros.

Segundo Lutzenberger (2001), as políticas públicas são importantes, assim como as propostas que respeitem a diversidade e as particularidades de cada região, a adoção de “tecnologias limpas” e a adoção de um paradigma de agricultura sustentável, norteando à exploração dos recursos naturais com vistas a preservar os biomas. Os sistemas associados à propriedade familiar, as comunidades tradicionais, são colocados por ele como fatores que levam as práticas sustentáveis.

De acordo com Claudino et al., as políticas públicas viabilizam a transição para a agroecologia, que se apresentam como alternativa para mitigar os impactos ambientais causados pela agricultura convencional e direcionam ao desenvolvimento rural sustentável, e novo parâmetro alimentar. Os autores definiram “como fatores relevantes para a transição agroecológica, os mercados e as infraestruturas; as mudanças no ensino, pesquisa e extensão rural; a legislação; a reforma agrária” (CLAUDINO et al., 2012, p. 56).

Nesse contexto as demandas por produtos agroecológicos, a conscientização da população a respeito dos efeitos negativos causados pela agricultura convencional impulsionam o mercado e a transição. A pressão social leva a criação e alteração da legislação, e de políticas públicas, que tem papel preponderante no processo de transição. Estas se constituem em instrumentos que respaldam a mudança na prática, e que segundo Rua, tem como propósito resolver problemas, frutos da disputa de poder dentro da arena política:

As políticas públicas compreendem um conjunto de decisões e ações direcionadas à solução de problemas políticos. Entende-se por atividade política os procedimentos formais e informais que traduzem as relações de poder na sociedade (RUA, 1998 apud MERIGO; MUNIZ, 2003, p. 2)

Nas relações de poder entre as comunidades quilombolas e as demais esferas da sociedade, a primeira está em condição de desigualdade e de fragilidade. Nesse contexto as políticas públicas são essenciais para atenuar as desigualdades sociais, e as relativas à Segurança Alimentar e Nutricional, são de extrema relevância, pois dão suporte as comunidades tradicionais, a superar dificuldades que passam pela questão da alimentação.

A política de SAN está em evidência desde os anos de 1990, quando foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Consta no relatório da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que a “garantia da soberania alimentar” aos povos tradicionais, ocorre através da manutenção de direitos básicos, como o acesso a terra e recursos naturais, como observa-se na citação a baixo:

[...] a garantia dos direitos territoriais e patrimoniais e no acesso a terra e recursos naturais para os povos indígenas, incluindo não aldeados, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais como condição primordial para a garantia da soberania alimentar e realização do direito humano à alimentação adequada e saudável (CONTI, 2012, p. 2).

Desde a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) (CAPORAL, 2009) em 2003, as políticas de Segurança Nacional e Nutricional tomaram mais força no país. Entre elas o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado no mesmo ano, que integra a estratégia Fome Zero, destinadas às comunidades tradicionais e agricultura familiar. O PAA incentiva a comercialização da produção familiar nas comunidades locais e “também tem a finalidade de colaborar no enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil” (ROVERSI; D’ÁVILA, 2010, p. 22). Segundo essas autoras o PAA contribui para dinamizar a economia local e do país, ao mesmo tempo em que gera alimentos que provêm às populações em situação de risco e fome, garantindo suprir as demandas. O que está posto na citação que segue:

[...] o PAA vem se consolidando enquanto uma política pública de mão dupla, pois à medida que proporciona um canal interessante de comercialização dos produtos locais, possibilitando dinamicidade à economia dos municípios, garante a oferta de alimentos, de qualidade e em quantidade, a populações em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social (ROVERSI; D’ÁVILA, 2010, p. 22).

Como desdobramentos da SAN, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que existe desde a década de 1950, mas com outra nomenclatura, torna-se instrumental importante. O Estado se reestrutura nos anos de 1990, com a adesão ao Estado neoliberal e em 2009, surge o PNAE, com uma nova conotação. A de incentivar a comercialização da produção do pequeno produtor, através da venda para a alimentação escolar, instituindo que 30% da alimentação escolar devam vir da agricultura familiar, com a recomendação de ser orgânica.

Essa política do governo federal, operacionalizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) visa o fomento da agricultura familiar, comunidades tradicionais e produção orgânica. O programa beneficia com alimentação saudável alunos das redes estaduais e municipais matriculados em creches, educação infantil, ensino fundamental, médio, educação de jovens e adultos e especificamente alunos de comunidades indígenas e quilombolas. Dessa forma o PNAE, abrange as duas pontas nas comunidades quilombolas, o produtor e o consumidor. Na produção dá condições de transpor dificuldades e gargalos de comercialização, eliminando a figura do intermediário. Segundo Ramos (2011, p. 12), “a

oportunidade de venda da produção local, sem a presença de atravessadores, tem representado a construção de novos mercados e novas perspectivas para a agricultura familiar e comunidades tradicionais”.

Os agricultores familiares, remanescentes de quilombos e trabalhadores rurais, são beneficiados ainda pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este programa atua desde 1995, e incentiva os segmentos acima citados através de acesso a financiamentos para a agricultura com intuito de aplacar as desigualdades no campo (RAMOS, 2011).

Com relação às políticas públicas específicas aos quilombos e comunidades tradicionais, estão às reparatórias e compensatórias, que fazem parte de políticas públicas afirmativas. No Brasil, a etnia afrobrasileira em virtude do passado escravocrata, foi preterida e rechaçada, excluída pelo mecanismo da discriminação racial. Hoje se faz necessário medidas e ações afirmativas no âmbito cultural que resgatem a história e cultura desse povo e no âmbito material que insiram ou elevem sua condição econômica e social. Segundo Rosa, as ações afirmativas são imprescindíveis para a inclusão social, pois tratam de reparar e compensar comunidades que se viram expropriadas e lesadas em seus direitos primordiais colocando-os em condição de desigualdade:

Neste sentido, como instrumentos de inclusão social estão às ações afirmativas, as quais constituem medidas especiais e temporárias que buscam eliminar desigualdades, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensando perdas provocadas pela discriminação decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Pode-se dizer que as ações afirmativas são ações reparatórias, compensatórias e/ou preventivas que buscam corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, por meio da valoração social, econômica, política e cultural desses grupos durante um período limitado (ROSA, 2012, p. 24).

Fica patente que as demandas sociais são legitimadas através das políticas públicas afirmativas, reparatórias e compensatórias, objetivando a elevação de qualidade de vida e ascensão social da comunidade quilombola, buscando a equanimidade.

Entre as políticas reparatórias estão as de reconhecimento e titulação dos quilombos. As políticas compensatórias são aquelas originadas por obras de construção, ou outras ingerências do Estado sobre os territórios quilombolas, tema que será abordado no capítulo 4.

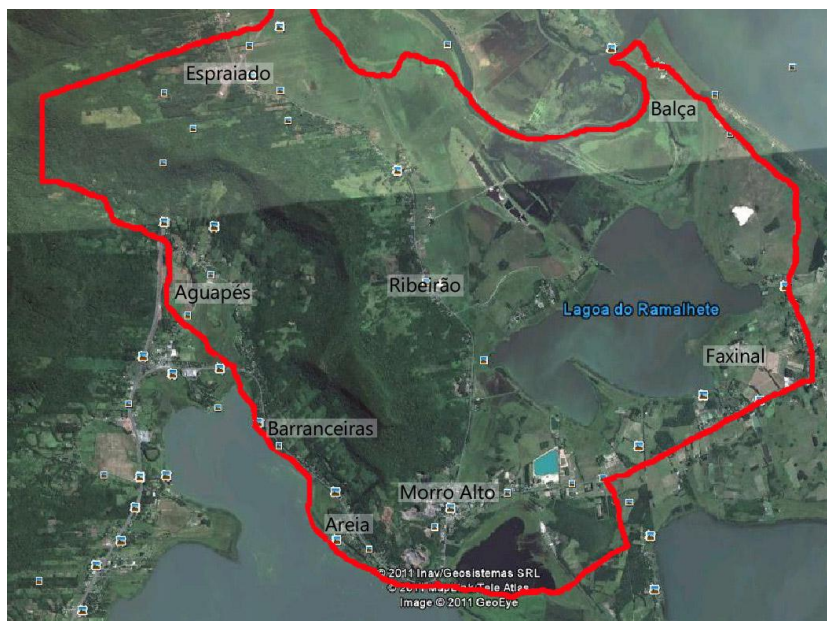
4 CARACTERIZAÇÃO DO QUILOMBO DE MORRO ALTO

4.1 Morro Alto no município de Maquiné

A comunidade quilombola de Morro Alto está localizada no Litoral Norte do RS, distribuída principalmente entre os municípios de Maquiné e Osório, e de forma menos expressiva em Capão da Canoa. De acordo com o censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos municípios de Osório e Maquiné vivem 2.453 pessoas pertencentes à comunidade de Morro Alto. Segundo dos Anjos (2006), são 611 pessoas cadastradas na comunidade, entre habitantes internos e externos, que inclusive residem na capital.

A referência do quilombo é o distrito de Morro Alto, em Maquiné, local considerado urbano e onde foi fundada a Associação Comunitária Rosa Osório Marques. O quilombo de Morro Alto é composto dos territórios de Faxinal, Espraiado, Morro Alto, Ribeirão, Prainha, Aguapés e Barranceira, comunidades que se articulam por parentesco, sociabilidade e religiosidade. Segue mapa (Figura 1) de praticamente todo o quilombo, excetuando o território da Prainha, que não aparece na ilustração.

Figura 1 – Quilombo de Morro Alto, Maquiné-RS



Fonte: Google - Figura do quilombo de Morro Alto (2013).

Segundo o professor Catafesto (2011, p. 34) em documento do Ministério Público Federal, Núcleo das Comunidades Indígenas e Minorias Étnicas, “existem pelo menos três comunidades: Morro Alto propriamente dito, Prainha e Costa”, embora as últimas tenham sido excluídas do laudo antropológico. Catafesto acrescenta ainda que o cemitério de Aguapés e da Costa também fazem parte deste território quilombola.

O quilombo constituiu-se a partir do testamento de Rosa Osório Marques, rica fazendeira que, sem herdeiros, legou metade de suas propriedades para alguns de seus escravos, direito legitimado somente a partir da Constituição de 1988. De acordo com Coelho-de-Souza et al. (2013) vão também compor a população quilombola, africanos que não chegaram a desembarcar nas terras brasileiras como escravos, devido a Lei de Abderman de 1850, que proibiu o tráfico negreiro, assim, foram expulsos do navio e refugiaram-se na região de Morro Alto. O contexto no Brasil foi de escravidão até 1888, quando o povo africano obteve a liberdade, porém, permaneceu excluído da sociedade.

Com relação ao município de Maquiné, região onde o quilombo se insere, possui 622km², está localizado a 140 km de Porto Alegre, com ligação pela Rodovia BR101 e BR290. A cidade, que se emancipou de Osório em 1992, faz limite com São Francisco de Paula (ao norte), Osório (ao sul), Capão da Canoa e Terra de Areia (a leste), Riozinho, Rolante e Santo Antônio da Patrulha (a oeste) (GERHARDT et al., 2000). O município compõe três distritos Barra do Ouro, Morro Alto e Maquiné, onde está localizado o centro urbano, e concentra a maior parte dos serviços (CASTRO et al., 2002).

Segundo Gerhardt et al. (2002), em Maquiné a paisagem varia desde lagoas, planícies e banhados na região costeira, até montanhas e vales, e está em algumas das principais zonas-núcleo de biodiversidade da Mata Atlântica.

O município integra a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, possuindo ainda unidades de conservação como a Reserva Biológica da Serra Geral e a Área de Proteção Ambiental da Rota do Sol (GERHARDT et al., 2002, p. 17).

As comunidades situadas na direção da foz do rio Maquiné, que ficam ao longo da Rodovia BR-101 e próximas ao cordão de lagoas da planície costeira, de acordo com Castro et al. (2009), caracterizam-se por uma população predominante de afrodescendentes seguidos de descendentes de açorianos e portugueses.

A densidade populacional em 2007, segundo IBGE (2007), é de 11.11, perfazendo 7.374 habitantes, sendo que 70% estão fixados na zona rural. A composição do meio rural é

predominante de pequenas propriedades com média de 20 hectares, nos moldes da agricultura familiar.

As atividades econômicas são essencialmente agrícolas. Pratica-se na região pecuária, pesca, agricultura, extrativismo e artesanato de fibras vegetais. A parte costeira do município, composta pelas planícies que margeiam as lagoas e banhados próximos a Lagoa dos Quadros, tem como principais atividades a pecuária de corte, o gado leiteiro, a mandioca, a pesca e em uma menor escala a olericultura e a cultura do arroz irrigado (GERHARDT et al., 2000).

Com relação ao tipo de produção, embora haja controvérsias entre alguns autores, Coelho (2005), define a economia de Maquiné como predominantemente rural, com agricultura familiar em escala, nos moldes da agricultura convencional e uma pequena parcela que produz para a subsistência. O que é colocado com propriedade pela autora no texto a seguir, em que evidencia a relação de comércio entre os agricultores familiares da região, com forte rede de supermercados regional, responsável pela principal demanda:

A economia deste município é eminentemente rural, e aqui encontramos dois segmentos principais. O segmento da produção em escala, feita pelos agricultores da região (podemos enquadrar no conceito de agricultura familiar), demandada principalmente pela Cia Zaffari de Supermercados (cadeia regional), é uma produção que utiliza sementes e matrizes hidropônicas e transgênicas, e em grande parte desta produção são utilizados agrotóxicos. Outro segmento ou grupo encontrado é o dos agricultores de pequena escala, localizados em sua maioria nas encostas de morro. Estes produzem quase que exclusivamente para a subsistência, e por vezes algumas famílias desenvolvem alguma outra atividade econômica que lhes gere uma renda complementar, porém ainda longe de uma perspectiva de capitalização, como veremos a seguir. Utilizam técnicas de plantio normalmente baseadas em policultura ou culturas múltiplas, e por vezes recebem sementes subsidiadas pelo estado através do Sindicato Rural (COELHO, 2005, p. 4).

Já em Morro Alto, poucos são os quilombolas que praticam a agricultura como atividade econômica, segundo Anjos, (2006), cerca de menos de 10%, e o restante presta serviços na indústria, comércio e funcionalismo público. Essas atividades não agrícolas são exercidas nas cidades do entorno, no município de Maquiné e no próprio quilombo. Considera-se como renda não agrícola aquela oriunda de venda de mão de obra, extrativismo, artesanato e outras. Kraemer (2013) coloca que essas atividades podem ser externas ao quilombo ou internas e a define como aquelas: “[...] que são realizadas no seio familiar, através da exploração do meio natural, em contexto social e ecológico específico” (KRAEMER, 2012, p. 33).

A agropecuária exercida no quilombo é tradicional, com baixa tecnologia, e tem pouco peso na economia da comunidade. A produção no geral é para subsistência, dos produtos comercializados, a banana é o principal cultivo.

A condição sócio-econômica da comunidade quilombola é baixa, a escolaridade entre os mais idosos, no geral é de ensino fundamental incompleto, já entre os jovens o índice de formação de ensino médio é elevado, e o acesso ao nível superior em fase de crescimento devido ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que possibilitam o terceiro grau a população em condição de desigualdade social.

4.2 Políticas públicas reparatórias no quilombo de Morro Alto

Para maior clareza do leitor, optou-se nessa seção por uma breve introdução sobre as políticas públicas reparatórias e compensatórias e o aprofundamento dessas em três subdivisões. A primeira trata da introdução e da explanação sobre as políticas reparatórias, a segunda aborda as políticas compensatórias e a terceira finaliza com o parecer da comunidade sobre essas políticas públicas.

As políticas dirigidas ao quilombo de Morro Alto são de ordem reparatória e compensatória. A busca por reconhecimento identitário traduz o empenho dessa comunidade por cidadania, por emancipação social, tendo como aliada outros atores sociais da sociedade civil, do movimento negro e no âmbito das políticas públicas. Num esforço conjugado de inclusão social através de políticas reparatórias, contempladas pelas ações afirmativas.

As reivindicações são respaldadas pelos valores socioculturais e passado histórico, em função da herança escravocrata, com pleito pela legitimação de terras, reapropriação de territórios perdidos e reconhecimento.

Entre as políticas reparatórias estão principalmente às vinculadas ao reconhecimento e titulação, que são primordiais, pois, dão legitimidade ao quilombo e forjam os canais de comunicação para as reivindicações. Uma das primeiras políticas públicas reparatórias, das quais o quilombo de Morro Alto foi contemplado, foi exatamente a que incentivou a representatividade de atores sociais da comunidade. Através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), que ofereceu capacitações e formações, subsidiando prováveis líderes, para posterior atuação junto às políticas públicas de desenvolvimento rural. Dessa forma se forjou representantes como o atual presidente da associação quilombola.

Essa política de fortalecimento de lideranças internas foi crucial para o quilombo, devido à relevância dos atores sociais tanto endógenos como exógenos envolvidos na articulação desse processo de desenvolvimento. A partir de uma construção coletiva de resgate cultural e identidade, a comunidade de Morro Alto, de forma democrática vem trabalhando mediada pelo presidente da associação e outras lideranças locais, interagindo com a sociedade civil, instituições, órgãos públicos estaduais, federais, municipais, Ministério Público. Nesse sentido os atores sociais quilombolas passam a interagir com os atores sociais externos identificados como estudiosos, professores, instituições universitárias, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e outros.

A comunidade de Morro Alto possui a titulação de reconhecimento de remanescente quilombola desde 2004. A certificação em si é prática de política reparatória e significa para a comunidade a ampliação de alternativas concretas para a emancipação econômica, além do resgate e valorização da história e identidade cultural.

O ponto máximo do processo de reconhecimento e titulação do quilombo é a concessão do título de propriedade a comunidade, que é coletivo, representado pela associação, quando então o território quilombola legitima-se. Essa política reparatória concede a regularização fundiária o que implica na desapropriação dos não quilombolas que ocupam o território e a desocupação da área. O processo, aberto em 2004, possui Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território publicado, indicando uma área de cerca de 4.600 mil hectares. No entanto o processo segue tramitando a um longo tempo, entravado provavelmente pela força do capital que representa fortes interesses econômicos no Litoral Norte, região visada pela especulação imobiliária.

Segundo Kraemer (2012), o relatório elaborado pelo INCRA, publicado em 2011, é o instrumento mais avançado em termos de legitimação do quilombo disponível, apesar de não contemplar a demarcação territorial reivindicada atualmente pelos quilombolas, que pleiteiam o reconhecimento de 15 mil hectares de terras.

Após o reconhecimento dessas terras, é feita a notificação dos proprietários não quilombolas, o que vem acontecendo desde o primeiro semestre de abril de 2013, e simultaneamente a contestação da desapropriação por estes, o que pressupõe uma disputa de poder, que entrava o processo.

A verdade é que além da forte resistência dos não quilombolas de aceitarem a desapropriação, existem outros conflitos internos entre os próprios quilombolas, acerca da desapropriação em Morro Alto. O tema é complexo, pois vários quilombolas são contrários a saída das famílias não pertencente à comunidade, esses que se posicionam dessa forma

recebem duras críticas dos demais. Que conjecturam que essa defesa de não desapropriação é uma estratégia regida por interesses econômicos e políticos maiores para fragilizar o quilombo, dividindo-o, utilizando alguns quilombolas como massa de manobra. Entre os interesses está a exploração dos recursos naturais como a extração de minérios, atividade intensa na região, onde existem muitas pedreiras.

Na Prainha, o conflito de interesses acirra em virtude de sua localização privilegiada, muitas pessoas não querem o reconhecimento e utilizam a mesma motivação de Morro Alto, a resistência a retirada de não quilombolas ali instalados. Muitos quilombolas têm sobreposto o interesse comum, priorizando outros interesses, como o individual e econômico, principalmente os que veem na especulação imobiliária promissora fonte de renda. Na Prainha e entorno já existe uma exploração, com invasões, e posses fundiárias questionáveis, com interesses econômicos de uma elite, que construiu casas de veraneio próximo a lagoa e em locais de exuberante natureza.

Ainda com relação às políticas reparatórias, segundo Relatório de Gestão da Fundação Cultural Palmares (BRASIL, 2011, p. 71), “ocorreu à distribuição de cestas básicas em 28 municípios do RS, que atingiu 23 comunidades e atendeu 701 famílias”. Numa ação integrada entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Fundação Cultural Palmares (FCP) que indicou as comunidades quilombolas que receberam as cestas. O quilombo de Morro Alto recebeu em 2011, cestas básicas do programa Fome Zero, que não contemplavam a todos, mas que chegavam com certa regularidade, porém em 2012, foram escasseando até tornarem-se raras.

No que concerne às políticas vinculadas a educação, o quilombo é beneficiado por políticas federais que abrangem todos os estudantes brasileiros, desde que dentro de alguns critérios, como a obrigatoriedade de frequência nas modalidades oferecidas pelas escolas das redes públicas estaduais ou municipais. Sobre o acesso a esses recursos na comunidade quilombola de Morro Alto, discorre dos Anjos:

Dos benefícios vinculados à escola usufruídos pelos moradores destacam-se três: o transporte escolar gratuito (30,1%), a Merenda Escolar (25,4%) e a Bolsa Família (17,1%). Outros benefícios usufruídos em menor escala estão os acessos ao livro didático e à saúde (ANJOS, 2006, p. 21).

Outras políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar segundo Kraemer, (2012, p. 19) “são pouco acessadas, dentro do território de Morro Alto, existem apenas 18 registros de Declaração de Aptidão (DAP) ao PRONAF, 12 em Osório e

seis em Maquiné”, número que não necessariamente indica que sejam de agricultores quilombolas. A DAP é documento requisito necessário para que o agricultor familiar possa acessar as políticas públicas direcionadas a ele, como financiamento da habitação rural e Programa de Aquisição de Alimentos e principalmente no acesso ao crédito rural.

4.3 Políticas compensatórias no quilombo de Morro Alto

A origem das políticas mitigadoras e compensatórias destinadas ao quilombo de Morro Alto, estão nos impactos ocasionados pelas obras de reestruturação da Rodovia BR101, e afetam a comunidade quilombola no âmbito social, econômico, territorial, cultural, transformando seu “modus vivendi”.

Por duas vezes o quilombo se viu afetado pela rodovia, na primeira com a construção nos anos de 1950, quando o impacto foi muito forte, transformando bastante o panorama das comunidades locais, “em especial, a comunidade negra do Morro Alto, que passou a viver da extração de minério e de pequenos comércios de beira de estrada” (CASTRO et al., 2009, p. 49). E pela segunda vez com a obra de ampliação da rodovia, BR-101 – SC/RS – Trecho Torres-Osório, o que inclui a construção de túnel em território quilombola.

Em 2005, a comunidade de Morro Alto, não tinha assegurado seu direito de propriedade e se viu afetada pelas obras de duplicação da Rodovia BR101. Ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), coube avaliar os impactos causados a comunidade quilombola, assim como proposições de medidas mitigadoras e compensatórias.

As políticas compensatórias-DNIT foram viabilizadas em forma de acesso a recursos e não em dinheiro, através do Programa Básico de Apoio (PBA) operacionalizado por profissionais e estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), elaborado em 2006, a partir das demandas da comunidade. De acordo com Fernandes et al, o PBA tem como objetivo:

Este Programa Básico de Apoio tem por objetivo orientar a implementação de medidas compensatórias à Comunidade Quilombola de Morro Alto/RS tendo em vista os impactos das obras de duplicação da BR-101. Trata-se de seguir as sugestões propostas no Relatório Antropológico dos Impactos Sócio-Culturais sobre a Comunidade de Morro Alto visando suas necessidades bem como aspectos deste analisados durante a reunião realizada entre os representantes do DNIT e do IBAMA visando a elaboração de um termo de Compromisso acerca das medidas a serem executadas com base no relatório anteriormente citado. (FERNANDES et al., 2007, p. 10)

No ano de 2011, a comunidade de Morro Alto foi contemplada com medidas compensatórias, que atingiram 456 famílias quilombolas, sendo 193 residentes na área. No território quilombola existem cerca de 400 famílias não quilombolas.

O projeto foi dividido em duas etapas, as ações da primeira parte das medidas compensatórias que foram executadas pelo DNIT no quilombo foram: “faxina ecológica”, horta comunitária na comunidade de Faxinal; curso de jardinagem; e cursos de criação de pequenos animais. Também foram oferecidos cursos e palestras sobre agroflorestas, agroecologia, produção de mudas de bromélias, ervas medicinais, condimentares e organização de feira de sementes em parceria com a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO).

Ainda entre as ações da primeira parte do PBA constam a construção da sede da associação quilombola; aquisição de barcos; oficinas de resgate do “saber fazer” da comunidade- artesanato de fibra de bananeira. E cursos de capacitação para projetos sociais com o objetivo de produção de projetos para captar recursos para o quilombo, através de editais públicos específicos. A aquisição e distribuição de 5.700 mudas de árvores frutíferas e nativas, com acessória ao plantio. Foram doadas a comunidade mudas de laranja, bergamota, acerola, carambola, ameixa, pêsego, fruta de conde, jaca, jabuticaba, manga, araçá vermelho e amarelo, goiaba. Especiarias, louro e árvores para corte angico, cedro rosa, cerejeira, ipê. As famílias foram contempladas em princípio com 25 mudas com possibilidade de redistribuição, pois muitas das 400 famílias contempladas moram em área urbana com restrição de espaço, optando por menor número ou recusando.

Quanto à segunda parte do projeto, que tinha como metas a aquisição dos motores para os barcos, compra de veículo motorizado para eventual transporte dos associados, inserção da comunidade em rota turística, tombamento do patrimônio cultural da comunidade, e outras ações, não se concretizaram. Segundo Fernandes et al (2007),

O acesso a estas medidas compensatórias proporciona o contato do quilombola com a agroecologia e a transição do sistema de cultivo. Segundo Claudino et al. (2012), as políticas públicas são instrumentos que viabilizam a transição para a agroecologia, configurando-se em alternativa para amenizar a degradação ambiental causada pela agricultura convencional.

4.4 Avaliação das políticas públicas reparatórias e compensatórias pela comunidade

Essa seção é embasada nos depoimentos dos agricultores quilombolas de Morro Alto, que fizeram parte dessa pesquisa, sendo que a maioria deles pertence ao quadro de representantes da associação Rosa Osório Marques.

É consenso entre os quilombolas que as políticas reparatórias e compensatórias destinadas ao quilombo estão estagnadas. Fizeram uma avaliação positiva do período de 2010 a 2011, mas a partir de 2012, segundo eles praticamente as políticas públicas cessaram, ocorrendo algumas ações esparsas. As atividades oferecidas pelas políticas reparatórias e compensatórias deram lugar a políticas públicas nacionais, destinadas à população no geral e a ação de ONGs que contemplam a agricultura familiar. Segundo a Família 01, a ANAMA deu aporte para que conseguissem viabilizar a transição ao colocá-los em contato com a Rede Ecovida de Agroecologia (ECOVIDA):

Quando as coisas param de acontecer no quilombo, como os cursos, as capacitações, eu percebi que se eu quisesse realmente mudar de sistema agroecológico teria que procurar ajuda. Fui convidado para visitar a ANAMA e através deles participei de uma formação da Rede ECOVIDA, em Florianópolis, percebi que era a solução para mim, para poder realizar a mudança do sistema convencional para o agroecológico (FAMÍLIA 01, 2013).

A rede ECOVIDA é formada por agricultores familiares, técnicos, consumidores associados, cooperativas, grupos informais, pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e agroecologistas. Entre as propostas da rede está a marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade da produção agroecológica, ela é responsável pelo acompanhamento e certificação de transição agroecológica da Família 01.

Com relação às políticas públicas existentes atualmente no quilombo, elas se restringem àquelas associadas à educação e transcende o território quilombola, como o Programa Bolsa Família (PBF), a gratuidade no transporte para estudantes e idosos, o Programa Fome Zero que ocorre de forma escassa; e alguns cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Ao Estado e às instâncias jurídicas foram feitas duras críticas, em razão da morosidade da justiça e descaso com as políticas reparatórias principalmente no que concerne à regularização fundiária e às desapropriações.

A situação atual é de notificação de desapropriação, que alguns acreditam estar acontecendo de forma extremamente lenta, mas o problema maior é a comunidade estar fragilizada e em processo de dissidência, em razão de alguns quilombolas estarem contestando legalmente as notificações junto com os moradores não quilombolas. Na análise

da vice-presidente da associação, alguns o fazem por ignorância e outros por estarem sendo manipulados.

De acordo com a Família 06, a demora é estratégia de interesses políticos e econômicos: “Para mim, toda esta demora na desapropriação é estratégia para desistirmos, nos colocar uns contra os outros, nos enfraquecerem. Muitos de nós lutamos por isso e não serão todos que presenciarão o desfecho dessa disputa, isso vai nos desmotivando” (FAMÍLIA 06, 2013). Além do estado de ânimo em baixa, as famílias criaram expectativas e projetos de vida respaldados em seus direitos de posse territorial, enquanto quilombolas.

Embora todo o movimento quilombola tenha partido da Prainha, assim como a associação, talvez parte da comunidade não se reconheça como tal, devido à sua exclusão do laudo antropológico, o que reflete de forma negativa na comunidade como um todo. Também se percebe que muitos na Prainha se sentem preteridos com relação ao acesso aos recursos oriundos do PBA, que colocou em prática a primeira etapa das metas das medidas compensatórias do DNIT, coordenada e executada pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Em Morro Alto, onde hoje localiza-se a sede da associação, as pessoas parecem estar mais engajadas.

Enfim, é vivenciado um momento de impasse no processo de desapropriação e restituição das terras quilombolas, o que revela uma situação de insatisfação geral que se agrava com a paralisação completa das políticas compensatórias DNIT. Segundo depoimento da representante da associação quilombola que pertence a Família 06, “não há justificativa plausível para o fato de o DNIT deixar de, repassar o dinheiro e suspender recursos”. Ela ainda confirma o aborto da aplicação da segunda parte do Programa Básico de Apoio e o ceticismo com relação a essa política: “ficamos sem os motores dos barcos que nunca foram entregues, sem a construção de um centro cultural e outras metas, e estamos pessimistas com relação à reativação do projeto” (FAMÍLIA 06, 2013).

Ao cessar as políticas compensatórias do DNIT a própria associação quilombola passa a ter dificuldades em se manter, tornando-se eventuais os encontros que antes eram regulares - uma vez por mês. Inclusive, atualmente a sede encontra-se constantemente fechada, em razão da ausência de funcionário, tornando o espaço ocioso.

Nesse contexto a presença e atuação da Ação Nascente Maquiné (ANAMA), segundo os quilombolas é fundamental na região, pois contempla agricultores familiares e comunidades tradicionais, dinamizando, o vazio deixado pelo PBA, conforme será exposto no próximo capítulo.

5 TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO QUILOMBO DE MORRO ALTO

5.1 Famílias que aderiram à agroecologia

Este capítulo trata das características das famílias que aderiram à agroecologia e as respectivas unidades produtivas; as mudanças que ocorreram a partir das políticas compensatórias e da transição agroecológica; as novas oportunidades que se apresentam e a análise das famílias. As famílias entrevistadas são seis, analisadas em duplas de acordo com as suas localidades, famílias 01 e 02 da Prainha, 03 e 04 de Morro Alto, e individualmente as famílias 05 de Aguapés, 06 de Espriado.

Essa primeira seção traça o perfil das famílias entrevistadas, que se agrupam em torno de temas que lhe são semelhantes, iniciando a abordagem com a pluriatividade e as rendas não agrícolas.

A pluriatividade no contexto quilombola é um expediente para contornar os problemas sócio-econômicos gerados pela implantação da monocultura da banana. São muitas as famílias que sobrevivem na área rural, com rendas não agrícolas, suprindo com salários o déficit da Unidade de Produção Agrícola (UPA), elevando a renda, que auxilia na sustentação da agricultura familiar.

A comunidade da Prainha pratica a pluriatividade no entorno de Capão da Canoa, Terra de Areia, Xangrilá, como alternativa para agregar renda. A pesca artesanal e o cultivo de banana são as principais atividades na comunidade que margeia a Lagoa dos Quadros. As Famílias 01 e 02, pertencentes à Prainha, não fogem ao quadro descrito. Os agricultores dessas famílias exercem concomitantemente a atividade de garçom no entorno e prestação de pequenos serviços na comunidade. Segundo a Família 02, “faço de tudo um pouco, as pessoas me chamam mais para serviço de construção e cercamento, também trabalho nos bananais dos arredores”. Essas famílias somam ainda ao orçamento doméstico, as rendas não agrícolas da esposa e filha, que prestam serviços na comunidade.

As famílias de Morro Alto e demais localidades da mesma forma são pluriativas, as UPAs contam com rendas dos filhos e esposas que trabalham no entorno em empregos fixos na área privada e funcionários no setor público. Também acrescentam ao orçamento rendas não agrícolas provenientes de aposentadorias. As Famílias 04, 05 e 06, independem do que produzem nas UPAs, para sobreviver.

É notório o traço comum entre as famílias em que as Unidades de Produção Agrícolas não são autos-sustentáveis, requerendo o auxílio de outras rendas obtidas através da

pluriatividade. Nesse contexto, a Família 04 se diferencia por não exercer outras atividades não agrícolas, mas depende de renda externa, como a da aposentadoria para sustentar a propriedade. Segundo a Família 04, “não fossem as duas aposentadorias que recebo, teria passado por momentos de carestia”. Entre rendas não agrícolas e agrícolas que compõem o orçamento de algumas famílias estão também a venda de gado, eucalipto e arrendamento de terras para extração de minérios na pedreira. Outro fato comum entre as famílias é que todas utilizam exclusivamente a mão de obra familiar nas propriedades.

As atividades produtivas dessas propriedades, em sua maioria são de bananicultores que têm na comercialização de bananas sua principal fonte de renda, excetuando a família 04.

Três famílias praticam a agropecuária de subsistência e somente uma não está associada a esta produção, provavelmente em virtude da localização, região de campos da planície costeira, mais apta ao sistema de policultivo e criação de gado e pequenos animais. A condição socioeconômica de algumas famílias é restrita, em virtude das poucas extensões de terras, tolhendo as pretensões de uma pecuária mais intensiva. No geral os bananais estão localizados nas encostas do morro.

A característica das famílias é de cultivos de subsistência e comercialização de banana em pequena escala, e negociação com intermediários. Em algumas propriedades a produção se dá em parceria com irmãos, sobrinhos ou filhos. Segundo o proprietário da UPA da Família 05, “não tenho muito envolvimento com a produção da banana hoje, deixei para meus sobrinhos darem conta, na verdade não é minha fonte de renda, é extra”.

Das famílias de bananicultores, algumas comercializam a produção de forma esporádica e outras como principal atividade. Para aqueles que exploram a atividade de forma sazonal, a venda da banana não é muito significativa, em média de 30 a 40 caixas de 20 kg, mensal, que é colhida de acordo com a procura. De acordo com a Família 06, “não estamos fazendo o manejo, a gente poderia estar tirando de 80 a 100 caixas por mês”. Esta família, até pouco tempo tinha na bananicultura a principal fonte de renda, quando o bananal era explorado pelo irmão da agricultora, que faleceu recentemente.

A prática de trocas de excedentes de produção entre os quilombolas para suprir as carências alimentares e de serviços é largamente utilizada pelas famílias entrevistadas. É usual processarem em casa alguns produtos como o café e outros como o milho serem processados em moinho de terceiros, em troca de produção vegetal ou animal. De acordo com a Família 03, a troca de produção como ovos, leite, legumes, frutas, entre os parentes é prática recorrente na família do agricultor.

Ficou claro que a maioria dos entrevistados não difere muito entre si no que tange a estrutura de suas UPAs, e tem na bananicultura a principal atividade agrícola. Para alguns ela é a principal fonte de renda, para outros foi representativa no passado. A agricultora da Família 06 depõe que eles tinham acesso ao PRONAF e sempre cultivaram com sistema agroecológico, mas sem possuir certificação, e comercializavam muito “a partir de 1985, durante o período Sarney, até 1990 nos mantínhamos somente da bananicultura, depois fomos abandonando”.

A escolaridade das famílias oscila de acordo com as gerações. As pessoas com idades acima de 70 anos somente possuem as series iniciais do ensino fundamental. As faixas etárias entre 40 e 60 anos, em geral, possuem as séries finais do ensino fundamental concluídas, excetuando a Família 01, em que o agricultor tem o ensino médio incompleto. E a Família 06, onde somente um integrante não ingressou em curso universitário. Os filhos dessas famílias entre 15 e 30 anos têm o ensino médio completo e alguns já são formados no terceiro grau. Segundo a Família 06, “as áreas de atuação mais procuradas pelos quilombolas são as de saúde e educação”.

Em geral as famílias são nucleares, compostas por casal e filhos; por um casal sem filhos; por patriarcas ou matriarcas e sua prole.

Todos os agricultores entrevistados nasceram no quilombo, alguns com idas e vindas a outras localidades, mas a maioria sem nunca ter se ausentado da região. Somente a Família 05 não reside em tempo integral na propriedade, pois alterna a moradia em Capão da Canoa.

O agricultor da Família 01 é o único que não é quilombola de nascimento, portanto não pertence à etnia negra, mas é casado com quilombola e, se reconhece como tal. Dentro da perspectiva de etnodesenvolvimento, assumir uma identidade quilombola no caso do agricultor significa o auto-reconhecimento e o reconhecimento interno da comunidade. As relações no território quilombola geralmente são endógenas, com fortes laços de parentesco, com uniões consangüíneas.

As famílias entrevistadas têm em comum em seus perfis terem participado das políticas compensatórias do DNIT, algumas de forma mais intensa que outras e terem mudado do sistema de cultivo convencional para o agroecológico, excetuando duas famílias entrevistadas, que já praticavam esse sistema, no entanto participaram das políticas compensatórias e agregaram outros conhecimentos. Essas famílias já produziam de forma agroecológica, norteados pela tradição. De acordo com a Família 04, esse manejo é simplesmente natural para eles: “[...] meus avós produziam assim e minha mãe também, eu só continuei”.

Algumas famílias comercializam sua produção e outras produzem apenas para a subsistência, algumas estão em transição, outras já estão com certificação, envolvendo vários estágios. Essa característica de diferenciação entre as famílias em vários níveis de acompanhamento do processo, segundo Gliessman (2000 apud CAPORAL, 2009), é inerente a transição agroecológica que não ocorre de forma homogênea e implica em estágios de desenvolvimento.

5.2 Mudanças na vida das famílias em processo de transição agroecológica

Para uma melhor compreensão das mudanças na vida das famílias elencou-se alguns elementos como a participação nas políticas públicas e a relevância da ANAMA no contexto de transição agroecológica, as mudanças significativas nas vidas das famílias e as vantagens da agroecologia e as dificuldades.

Percebe-se que as mudanças nas famílias entrevistadas são mais intensas naquelas que acompanharam com mais afinco as políticas públicas e que estas transformações estão relacionadas à transição agroecológica. A adesão à agroecologia é diversificada nas famílias de acordo com o seu grau de participação nas políticas compensatórias do DNIT. A suspensão das medidas compensatórias do DNIT e conseqüente interrupção das ações do PBA, levaram a um vazio nas articulações em torno da agroecologia no quilombo, que passa a ser preenchido pela ANAMA. Entre as famílias entrevistadas, a metade está em transição agroecológica e apenas uma delas não recorreu à assistência da ANAMA.

As Famílias 01, 02, 03 têm em comum terem participado das medidas compensatórias do DNIT e terem mudado o sistema produtivo. Uma delas já está colhendo resultados, e as outras encontram-se ainda de forma incipiente. A Família 03 esteve envolvida intensamente nas políticas reparatórias e compensatórias, e somente ela não recorreu ainda a ANAMA, embora tenha demonstrado vontade de fazê-lo. Aderiu à agroecologia, mas isso não implicou em profundas transformações produtivas e comerciais, em virtude das limitações físicas da UPA. Segundo a Família 03, “minhas terras são de terreno acidentado, pouco recomendável à agricultura”.

O papel da ANAMA foi relevante na mudança de sistema agrícola, especialmente para aqueles que não estavam inseridos no contexto das políticas compensatórias, e que participaram somente do projeto PBA, com o recebimento de mudas. A Família 02, apesar de pouco ter ido às capacitações oferecidas pela ONG, avalia que elas provocaram mudança no sistema de produção: “Participei de algumas ações da ANAMA, que foram determinantes na

minha escolha pela transição agroecológica. Não imaginava que os agrotóxicos fizessem tanto mal e fiquei chateado com as coisas que descobri nas formações, isso me fez sair do sistema convencional” (FAMÍLIA 02, 2013).

A Família 01 foi a que mais participou, entre os moradores da Prainha, dos recursos disponibilizados pelas políticas públicas compensatórias do DNIT, e também de outras ações oferecidas pelas políticas reparatórias e ONGs, engajou-se nos projetos destinados aos quilombolas, capitalizou oportunidades, articulou-se com a comunidade e aperfeiçoou seus conhecimentos com os cursos e seminários oferecidos pelo Programa Básico de Apoio. Efetivamente esse quadro fértil de ações e apropriações de novos conhecimentos, possibilitou o capital cultural e social, que permitiu a transição agroecológica da Família 01, que fez a seguinte avaliação: “[...] estar envolvido nos projetos das políticas públicas oferecidas ao quilombo foi essencial para eu conseguir fazer a transição agroecológica”. Seu contato com a ANAMA e a rede ECOVIDA, através da integração no Grupo Sabores da Terra, foram vitais na viabilização da transição.

O Grupo Sabores da Terra abriga agricultores agroecológicos e em transição da região do Litoral Norte, coordenados pela ANAMA, subsidiados por projeto da Petrobrás de incentivo a agricultura familiar e agroecologia. A formação dessa associação informal ocorreu em 2010, com 13 agricultores e atualmente são sete. Em 2012 o grupo ofertou através do PNAE alimentos para 25 mil alunos da rede escolar.

A ANAMA desempenha papel relevante no Litoral Norte, e especificamente em Maquiné, pois ela possibilita aos agricultores a superação dos entraves na transição agroecológica. Entre as famílias quilombolas que estão nessa condição a de número 01 é a única a possuir certificação de produção agroecológica entre todas as famílias pesquisadas. A Família 02 está em processo de transição, mas sem acompanhamento, portanto não possui certificação.

Com relação às outras políticas públicas, praticamente todas as famílias entrevistadas não acessam políticas públicas desassociadas do quilombo a não ser a família que já possui a certificação, e que faz uso do PRONAF, é beneficiária do Programa Bolsa Família e do Fundo para Insumos Rotativo de Agricultura.

As outras 3 famílias participaram ativamente das políticas compensatórias e das ações do PBA, porém não tiveram mudanças significativas na produção, por variados motivos que vão desde questões contingenciais de cada família, às suas propostas de vida. As famílias que têm em comum uma maior atividade nas políticas reparatórias têm como peculiaridade pertencerem a quadros administrativos da associação. A Família 06 participou intensamente

das políticas públicas reparatórias e menos das compensatórias, fez parte das políticas reparatórias através do PRONAT, o qual subsidiou o fortalecimento e a liderança da agricultora na comunidade. Hoje a agricultora da Família 06 é vice-presidente da associação quilombola Rosa Osório Marques, o que pressupõe mudança na vida desta atora social, que a partir do cargo passa a exercer legitimamente, papel decisório na comunidade e fortalece sua liderança. Para esta família, participar das políticas compensatórias do DNIT não surtiu efeito em termos de mudança de sistema produtivo, pois já produziam produtos agroecológicos e seguiram comercializando sem diferenciação no mercado.

Entre as famílias há uma que intitula sua produção de agroecológica, embora a realidade contrarie essa afirmação, pois ela parte do princípio de que ter práticas tradicionais seja o suficiente para considerar a produção agroecológica. É o caso da família 05, que utiliza insumos artificiais e sementes híbridas, mas não produz de forma completamente convencional. De acordo com os preceitos de Gliessman (2000 apud CAPORAL, 2009), existem estágios no processo de transição agroecológica, que culminam com o abandono completo das práticas convencionais.

A Família 05 participou das políticas reparatórias e compensatórias e considerou não ter ocorrido impacto no seu sistema produtivo, apesar da sua participação no PBA:

Particpei das políticas compensatórias- DNIT, dos cursos e formações de agrofloresta, agroindústria de Ipê, e recebi as mudas de frutíferas. Para mim as políticas compensatórias trouxeram conhecimentos que ainda não tinha, somando as minhas atividades agroecológicas, que sempre exerci. Mas concretamente nada mudou (FAMÍLIA 05, 2013).

No universo pesquisado pode-se considerar que somente duas famílias sempre produziram agroecológicos e essas participaram ativamente das políticas compensatórias DNIT e de ações da ANAMA, mas estão cerceadas pelas condições físicas das propriedades. Para a Família 04, “não houve mudanças radicais a partir do acompanhamento das políticas compensatórias-DNIT, pois, sempre pratiquei a agroecologia.” Mas ao mesmo tempo frisou que foi proveitoso: “[...] com certeza isso me trouxe conhecimentos que não tinha o que está sendo muito importante para mim no processo produtivo” (FAMÍLIA 04, 2013). Essa fala é consenso entre as famílias que afirmaram não terem mudado radicalmente seus sistemas. Segundo a Família 04 a formação, fundamentou aquilo que ele já intuía com relação à agricultura convencional, no que concerne aos seus malefícios para a saúde e impacto ambiental.

Enfim, é unânime entre as famílias a importância do conhecimento adquirido nas formações e capacitações agroecológicas oferecidas tanto pelas políticas públicas compensatórias, como pela ANAMA. Porém a metade das famílias não sofreu impacto profundo, no sentido de mudanças na produção e comercialização. No entanto deve-se levar em consideração que duas famílias já cultivavam de forma agroecológica, e estão limitadas por espaço físico, mas foram impactadas em termos comportamentais, com relação à saúde e meio ambiente ao agregarem conhecimentos.

A outra família é aquela que resiste a ideia de assumir seu sistema agrícola como convencional, portanto não introduziu mudanças significativas. Segundo a Família 05 eles cultivam de modo tradicional como seus antepassados, mas vendem a banana como convencional: “meus sobrinhos, responsáveis pela produção vendem a banana sem diferenciação no mercado, pois não tem certificação” (FAMÍLIA 05, 2013).

Com relação às vantagens da agroecologia, elas vão desde a crença na rentabilidade maior da banana orgânica em relação a convencional devido ao peso até a elevação de qualidade de vida com o não uso de agrotóxicos e o fato de prescindir da figura do intermediário e a consequente elevação de renda. É o pensamento da Família 02, “a banana orgânica rende mais que a convencional, por ser mais pesada e também possui valor agregado no mercado”.

Algumas famílias tiveram mudanças efetivas na produção e comercialização da banana, e de postura com relação ao consumo agroecológico. Segundo a Família 02, valeu o esforço e o cuidado da produção orgânica, em razão da elevação da qualidade de vida: “[...] a alimentação com produtos que não tenham agrotóxicos é melhor, ainda mais agora que a minha mulher esta grávida”. Para a Família 01, também significou mudança de hábitos alimentares, agora mais ricos. Antes a única produção para consumo era o leite, atualmente consomem suco de frutas de pomar orgânico em substituição aos refrigerantes. Consomem a banana que produzem e derivados, o que não faziam antes, e passaram a consumir orgânicos que adquirem de outros produtores, como café, arroz integral e hortaliças. As mudanças na família passam pelo próprio posicionamento com relação à agroecologia, o agricultor da Família 01, conta que, “a minha família foi muito resistente a transição agroecológica e somente agora se conscientizaram que eu fiz a coisa certa, agora que se convenceram, estão apoiando”.

Em todas as famílias entrevistadas quando se fala em qualidade de vida associa-se a alimentação saudável e o abandono do uso de agrotóxicos nos cultivos. A mudança de sistema produtivo não se restringe em benesses econômicas, mas passa pelas questões acima. Segue a

lista de insumos químicos que as Famílias 01, 02 e 03 deixaram de utilizar no bananal convencional: fungicida¹, herbicida, pesticida Roundup, adubo NPK 10/6/20, veneno para erva daninha, inseticida Decis 25 EC, fertilizante Wuxal-super K 400.

Hoje essas três famílias utilizam no manejo biofertilizantes a base de peixe, inseticidas naturais como o composto “A”, utilizado contra a lagarta, o dessecante composto “H”. E aplicam adubação verde, herbicida natural, e para o banho das folhas usam óleo mineral, biofertilizantes à base de caldo de cana de açúcar, batata e outros.

Para a Família 03, também significou mudança com relação a qualidade de vida, principalmente na alimentação, “a adesão agroecológica trouxe mudanças em nossas vidas, na alimentação e de encarar o meio ambiente, não tínhamos noção do quanto os adubos e outros produtos químicos fossem tão nocivos” (FAMÍLIA 03, 2013). Apesar de incorporar algumas partes do sistema tradicional nos cultivos para subsistência, a família utilizava insumos artificiais e agrotóxicos, e na bananicultura o sistema adotado era somente o convencional. Hoje, cultivam para a subsistência ainda uma parte de suas terras de forma convencional e as outras três partes da produção é agroecológica. A Família 03 salienta: “[...] veneno não utilizo mais, mesmo na parte convencional, mas não dá para considerar orgânico porque ainda uso sementes híbridas”.

Corroborando com Gliessman (2000 apud CAPORAL, 2009, p. 19) para o qual a transição agroecológica divide-se em níveis:

O primeiro é a transição na orientação dos valores, na ética que orienta nossas decisões de produção, consumo e organização social. O segundo, focado mais estritamente na agricultura, diz respeito ao incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso de insumos externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente. O terceiro nível da transição se refere à substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas. A meta seria a substituição de insumos e práticas intensivas em capital, contaminantes e degradadoras do meio ambiente por outras mais benignas sob o ponto de vista ecológico. [...] O quarto nível da transição seria a fase do redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem com base em um novo conjunto de processos ecológicos.

É possível observar através da Família 03, os níveis da transição agroecológica colocados pelo autor acima, haja vista ela passar por diferentes estágios simultaneamente. O processo de transição dessa família, não foi acompanhado ou orientado por alguma instituição, dessa forma caso se habilite a certificação agroecológica, a produção deverá passar por 18 meses de acompanhamento.

¹ adj. e s.m. Diz-se de uma substância química usada para destruir organismos chamados fungos, nocivos aos seres humanos e aos vegetais. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/pesticida/>>. Acesso em: 05/06/2011.

É consenso entre as famílias, a adesão a agroecologia trouxe ganhos em termos de saúde, alimentação e meio ambiente e isso está relacionado à abstenção de agrotóxicos na lavoura. A motivação primeira para a transição agroecológica nestas famílias é a questão da saúde, a ambiental está em segundo plano e em terceiro a questão financeira.

De fato a transição agroecológica provocou mudanças nas famílias, tanto nas certificadas como naquelas ainda em estágio incipiente. Para as que comercializam a banana como orgânica, abriu-se um leque de alternativas no mercado. Entretanto elas não superaram o problema do intermediário, apenas amenizaram, pois permaneceram nas mãos desses, concretizados na figura de produtores orgânicos. Eles compram a banana e a revendem para a rede de supermercados Zaffari, para a cidade de Rio Grande, e a polpa para a agroindústria Ritter, para a produção de balas e doces.

No entanto de acordo com as famílias, mesmo que essa nova relação comercial implique em desvantagens, ainda assim significa melhoria de renda se comparada ao comércio da banana convencional, como menciona a Família 02: “[...] mesmo com o preço da banana inferior por não ter certificação, ainda pego um preço melhor do que a convencional”.

Para a Família 01, que comercializa através da associação com o Grupo Sabores da Terra, abriram-se novos mercados, eles comercializam com o intermediário da banana orgânica somente a produção que excede o contrato com o PNAE. O agricultor até o ano passado via grande parte do seu lucro ficar nas mãos do atravessador, vendendo a banana por um preço aviltado. Ele também aumentou a sua área produtiva ao adquirir mais 4 hectares de bananal, atualmente em processo de transição. E ampliou a sua renda através da comercialização indireta para a rede Zaffari de supermercados, mostrando estar francamente em ascensão econômica.

Aqui cabe mencionar que as políticas públicas que contemplam a agricultura familiar se mostraram de certo modo cerceadoras, devido a comercialização da produção da agricultura familiar para o PNAE ser limitada ao fornecimento de 20 mil reais por agricultor por ano. Como subterfúgio os agricultores vendem o excedente de produção pela DAP de outros agricultores, e o restante que ainda sobra eles vendem ao intermediário da banana orgânica.

O intermediário sintetiza o maior problema para os agricultores, pois absorve a maior parte do lucro em razão dos bananicultores se encontrarem reféns por não terem transporte para viabilizar a venda direta. A banana, produto perecível, faz parte das cadeias curtas de Frutas Legumes e Verduras, vendendo diretamente para o atacado- Companhia Estadual de

Abastecimento (CEASA), ou supermercados da região, feiras, o que demanda recursos e equipamentos como climatizadora² e caminhão.

Essa relação cerceadora somente é superada com a eliminação da figura do intermediário, pois como define Ramos (2011), oportuniza a comercialização direta da produção local, criando outros mercados e perspectivas. Sair dessa dependência significa para o produtor finalizar o processo produtivo, gerindo também os canais de distribuição e comércio.

Sem dúvida a família mais próspera entrevistada é a 01, instituída como agroecológica e que comercializa através do PNAE. Hoje, segundo a Família 01, não passam mais privação material, se mecanizaram ao adquirir uma tobata pela linha de crédito do PRONAF, abriram estradas e aumentaram a produção. Apresentam uma boa condição material, principalmente se compararmos com o entorno. A renda mensal bruta do agricultor hoje é de R\$3.00,00, o que não é parâmetro na Prainha.

Para essas mudanças na família se concretizarem foi necessário, além da transição agroecológica, a superação do gargalo da comercialização e introdução da produção no mercado. Isso foi possível com a entrada do agricultor no Grupo Sabores da Terra, propiciando a obtenção da certificação, e posterior acesso a outras políticas públicas. Assim esta família somente consegue superar os problemas de comercialização através do PNAE, ao contrário da Família 02, mais fragilizada pela dependência estrita de comércio com o intermediário.

Na trilha para a adesão e implantação da agroecologia surgem algumas dificuldades e desvantagens como a questão da indisponibilidade de tempo das famílias, por não poderem se ausentar da “lida” diária, agora mais exigida na produção e nas formas associativas, Esta é a principal queixa da Família 02, ainda longe da certificação, pois não consegue participar das reuniões na ANAMA, “Não posso me ausentar do bananal e a produção agroecológica exige mais cuidado na produção, do manejo ao transporte”.

Assim como existem níveis diferenciados na transição agroecológica, as dificuldades e as queixas das famílias são sintomáticas aos estágios em que se encontram. Para as famílias situadas no terceiro estágio apregoado por Gliessman de substituição de insumos químicos por práticas convencionais alternativas, as queixas são pontuais acerca de problemas decorrentes do controle da produção agroecológica, as preocupações são concernentes as dificuldades diárias para conter as pragas na lavoura, e o manejo difícil e exigente.

² A banana é comercializada após passar por processo de climatização por 72h para amadurecimento.

Já para aqueles que já concluíram a transição, as dificuldades encontradas são de outra ordem e dizem respeito a manter o equilíbrio diante da oscilação no mercado de oferta e procura, pois dependem de poucos compradores numa relação de oligopsônio. Segundo a Família 01: “[...] quando ocorre a redução na procura, muitos agricultores que estão em transição desistem e voltam para o convencional”.

5.3 Novas oportunidades a partir da agroecologia

Na transição agroecológica, ocorrem dificuldades em relação à legitimação dessa produção, definida pela certificação. As parcerias com a sociedade civil, ONGs, poderes públicos, atores sociais da comunidade, são determinantes nesse processo de certificação agroecológico e na inserção da produção no mercado.

O Grupo Sabores da Terra e as parcerias com ONGs como a ANAMA³ e a rede ECOVIDA são relevantes, a primeira porque viabilizou a formação do grupo e dá suporte a comercialização via PNAE, à segunda por ser responsável pela certificação em si.

A comercialização da produção pelo grupo abrange toda a região do Litoral Norte e o município de Cerro Grande do Sul. Neste município ela é realizada em rede com agricultores feirantes, e a climatização que é o processo de amadurecimento da banana de forma artificial, por 72 horas, é feito em local vinculado a rede ECOVIDA.

Sobre o projeto Grupo Sabores da Terra⁴, este tem término previsto para dezembro de 2013. O sentimento com relação ao futuro do grupo e especificamente do agricultor 01, é o de fragilidade, diante da insegurança ao findar o financiamento da Petrobrás quando será necessário aos agricultores dar continuidade ao Grupo sozinhos.

O objetivo da ANAMA é de até julho os agricultores fundarem uma cooperativa para prosseguirem com o PNAE. Entretanto o sentimento de funcionários da ONG com relação à continuidade do projeto é pessimista, segundo depoimento da coordenadora do projeto: “[...] as probabilidades para isto ocorrer até o final do ano, são poucas, devido os agricultores não querem sair da zona de conforto, por isso acho difícil eles conseguirem se cooperativar”. Apesar da projeção negativa da coordenadora, a Família 01, acredita ser possível mudar este quadro, pois, pretende quando encerrar o projeto da Petrobrás manter o grupo Sabores da

³ A ação da ANAMA no Litoral Norte é intensa ela oferece varias capacitações na área de produção, as comunidades no geral e dá acessória para a transição da produção agroecológica, principalmente no cultivo da banana, e um pouco de hortaliça.

⁴ O projeto sabores foi concebido pela ANAMA a partir do projeto agroecologia áreas demonstrativas, como estratégia de comercialização.

terra. De acordo com a Família 01: “[...] pretendo usar a estrutura e a associação quilombola para dar continuidade ao projeto Sabores da Terra”. E complementa argumentando inclusive o fato do Grupo já estar se articulando para a fundação de uma cooperativa e que alternativas estão se abrindo com a produção agroecológica. Além de ter também a opção de fazer parte da associação do produtor-comprador que fornece ao Zaffari.

A Família 01 analisa que o mercado agroecológico é bom e está aberto, e pretende ampliar as redes para comercializar e vender para o PNAE em outras cidades do entorno de Porto Alegre, como Cachoeirinha e Gravataí. No entanto avalia, caso não estivesse participando de associação possivelmente esbarraria nas dificuldades de comercialização e talvez desistisse. Assim, são muitas as oportunidades desse agricultor e giram em torno do associativismo, cooperativismo e redes.

Se a iniciativa da Família 01, for efetivada, representa possibilidades para outras famílias que podem se unir através da associação do Grupo Sabores da Terra, e viabilizar o acesso a certificação pela rede ECOVIDA e posterior inserção no PNAE.

As demais famílias nutrem expectativas e percebem as oportunidades geradas pela agroecologia, mas dependem do desenlace das políticas públicas relacionadas à posse do território quilombola. Assim a maioria das famílias tem suas expectativas com relação à agroecologia atreladas ao resultado das políticas reparatórias e mitigadoras, mais especificamente com a posse fundiária, pois quando ganharem as terras da indenização pretendem produzir agroecológicos para comercialização e participar de programas como o PNAE. Atualmente se veem cerceados pelas limitações físicas de suas terras, inadequadas para o plantio, necessitando de maiores extensões de terras para concretizar seus objetivos. No entanto ao mesmo tempo em que as famílias nutrem expectativas, acreditam ser temerário o desfecho dessa pendenga judicial, devido o modo como vem sendo conduzido o processo. De acordo com a Família 03, é preocupante o andamento das desapropriações:

Os posseiros pediram revisão das desapropriações e o INCRA está entavando o processo desde 2011, pois existe muita pressão dos posseiros que estão associados aos políticos e determinados deputados que tem interesse na região. A final são 4 mil hectares de terras bem valorizados, que estão em questão (FAMÍLIA 03, 2013).

As famílias são bastante críticas com relação às políticas públicas direcionadas ao quilombo, e fazem questão de frisar suas preocupações com o futuro deste.

A Família 04 reforça em seu discurso o fato das oportunidades também estarem ligadas a questão fundiária do território quilombola, em virtude das terras da família não

serem apropriadas para cultivo, e sim para a exploração da pecuária. Segundo a Família 04, “quando recebermos as terras do quilombo vamos nos dedicar a produção e comercialização agroecológicas”. Apesar, de como as demais famílias, não alimentar muitas expectativas, com relação a esse desfecho: “[...] as notificações já começaram, mas a comunidade está tão desunida que alguns quilombolas estão contestando as notificações” (Família 04, 2013).

As famílias associam suas expectativas com a produção agroecológica e a definição da reapropriação do território quilombola, para aumentarem suas áreas de terras e para diversificarem a produção, como a piscicultura e agroindústria. Hoje para aqueles que não possuem a certificação, que são a maioria das famílias, praticamente nada mudou com relação à comercialização.

Existe também entre as famílias a expectativa de fazerem negócios no coletivo. Segundo a Família 06, “é difícil se manter no mercado sozinho, já tivemos iniciativas e investimentos na propriedade como piscicultura, criação de gado, avicultura, e fracassamos”. Provavelmente estas iniciativas não tiveram sucesso em virtude da descapitalização da família e não acesso a financiamentos e políticas públicas. Hoje, esta família como as outras, está ansiosa com relação à posse coletiva das terras quilombolas, e pensam na forma associativa e cooperativada para poder ingressar no mercado de forma diferenciada, usufruindo das políticas públicas para as comunidades tradicionais. Segundo a Família 06, “acreditamos que podemos nos inserir no nicho agroecológico, com a agricultura orgânica e pecuária, piscicultura e agroindústria”.

Essa família preocupa-se com a comunidade como um todo e acredita ser possível com a adesão a produção agroecológica diminuir o impacto causado na região pela produção convencional. De acordo com a Família 06, “o rio que passa na frente da nossa casa está ficando poluído, no verão já não tomamos banho nele.” E os agricultores de Maquiné têm altos índices de mortes e problemas de gestação em razão do uso contínuo de agrotóxicos.

Segundo Caporal e Costabeber (2000), a transição é via para a sustentabilidade e equidade social, elevando a qualidade de vida do setor agrário. Para as famílias entrevistadas parece geral o interesse em atrelarem as oportunidades trazidas pela agroecologia com a solução para o conflito fundiário, excetuando as duas famílias da Prainha, por passarem por transformações de ampliação de horizontes no imediato.

A intensidade do envolvimento dos agricultores nas políticas públicas tem relação com as transformações na vida das famílias. Pois, abre-se um leque de possibilidades desde a organização social, as parcerias com ONGs e a rede ECOVIDA, a inserção no mercado dos orgânicos e o acesso ao PNAE. Essa via utilizada pelo agricultor da Família 01 deixa claro o

processo, para o qual significou transformação radical de sua vida. Em um primeiro momento, capitalizou as políticas públicas reparatórias e compensatórias, participando de capacitações e eventos locais, regionais e nacionais. Ao cessar essas ações, o agricultor com capital social e cultural adquirido durante a execução dessas políticas, recorre a esferas não governamentais. A ANAMA desempenha papel de relevância nesse contexto, pois vai permitir ao agricultor abrir os horizontes, ao ampliar seu capital social e propiciar a formalização da transição agroecológica com a apresentação a rede ECOVIDA e o Grupo Sabores da Terra.

A associação com produtores agroecológicos, a participação no Grupo Sabores da Terra, gera o empoderamento do agricultor da Família 01, que passa então a se inserir no mercado agroecológico e liberta-se do intermediário da banana convencional, obtendo elevação de rendimentos e de qualidade de vida.

Porém, apesar de todo esse contexto favorável no imediato, o agricultor 01, no entanto pode vir a ficar em condição de fragilidade, pelo término do apoio da ANAMA ao grupo e pela pretensão de superar esse problema utilizando a associação quilombola. Pressuposto constatado com a análise dos dados, onde foi possível verificar através de algumas falas que permearam o discurso dos agricultores da Prainha, a existência de certo afastamento dos quilombolas dessa comunidade com relação a associação Rosa Osório Marques. E o sentimento de terem sido preteridos na execução do PBA, o que tudo indica plausível, ao considerar-se o fato de mais da metade das famílias entrevistadas terem cargo na associação quilombola, e nenhuma delas ser oriunda da Prainha, mas de diversas localidades do território. Isso talvez indique não haver um livre trânsito nos cargos ocupados na associação pelos quilombolas da comunidade da Prainha, e de certa forma estes fiquem negligenciados nas ações das políticas compensatórias, por não estarem representados.

Essa situação de ausência de representatividade na associação quilombola por parte dos agricultores da Prainha sinaliza ao agricultor da Família 01, que talvez tenha dificuldades em efetivar as suas pretensões de usar a estrutura da associação para a continuidade do Grupo Sabores da Terra. O que é preocupante para o futuro do agricultor e da sua produção orgânica, pois caso não se mantenha de forma associativa, o acesso a políticas públicas como o PNAE, torna-se difícil, quando não impossível. A tendência é a vulnerabilidade no mercado, pois atualmente o programa é seu principal comprador.

A Família 01 assim como a maioria dos agricultores da região, tem como entrave a comercialização, por não dominar essa etapa da cadeia produtiva, tolhida pela logística de abastecimento, por não ter transporte. Este problema poderia ser resolvido hoje com as redes. Entretanto se o agricultor da Família 01 vir a necessitar e não poder contar com a associação

quilombola, ele ainda terá a alternativa de ingressar na associação do produtor que comercializa com o supermercado Zaffari.

Os propósitos de comercialização agroecológica, o engajamento em organização social e a inclinação ao cooperativismo da família 06, podem fluir ao encontro das expectativas da Família 01, comungando com este, na intenção de negócios cooperativados. Desta forma poderiam ampliar as oportunidades da comunidade quilombola no todo, estendendo a outros agricultores a possibilidade de mudança de sistema de cultivo convencional para o agroecológico e o desenvolvimento rural sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos da pesquisa foram contemplados e foi possível avaliar o impacto das políticas públicas, principalmente as compensatórias do DNIT sobre a comunidade quilombola de Morro Alto na transição agroecológica. O PBA se mostrou importante ferramenta de respaldo teórico-prático, pois levou diversos agricultores envolvidos no projeto a assimilar a ideia de adesão agroecológica.

As políticas públicas podem constituir-se em instrumentos eficazes para promover as mudanças na sociedade. Fica evidente a sua forte influência na transição agroecológica e o papel que as organizações sociais, ONGs e redes agroecológicas desempenham nesse contexto, salientando a atuação da ANAMA.

As políticas compensatórias contribuíram para a transformação de meios de vida para alguns agricultores e para outros contribuíram para a revitalização da economia doméstica. Essas políticas repercutem nas questões ambientais sociais, econômicas e passam pela transição agroecológica, como ficou posto nas entrevistas. Os agricultores quilombolas de Morro Alto, ao participarem das políticas compensatórias mudaram suas posturas com relação à agroecologia de acordo com a intensidade com que participaram das metas do PBA. Assim, as mudanças em suas vidas ocorreram em menor ou maior grau de acordo com percentual de envolvimento nas políticas compensatórias.

A pesquisa trouxe conhecimentos além da proposta inicial, como a importância das políticas reparatórias no quilombo hoje, e elementos que demonstram que as expectativas não se concentram mais nas políticas compensatórias do DNIT. Primeiro, porque estas cessaram e segundo por que a política reparatória em execução é decisiva, representando o ponto máximo com o reconhecimento do quilombo e a restituição de parte do território quilombola. A definição da questão fundiária gera impasse e ansiedade e ao mesmo tempo açambarca projetos futuros. As expectativas das famílias agricultoras entrevistadas passam pela restituição de terras e inserção no mercado, seja com a banana ou outros cultivos, com projetos de agroindústria, piscicultura, mas todos têm em comum serem projetos norteados pela agroecologia.

Cabe observar que, os únicos agricultores sem projetos vinculados ao desfecho dessa política reparatória são os agricultores da Prainha, por não serem beneficiários diretos dessa política, em razão de terem ficado de fora do laudo antropológico, enquanto o alvo das desapropriações está focado na comunidade de Morro Alto. Dos dois agricultores, o da Família 01, foi quem mais participou das políticas compensatórias- DNIT, e é o único com

certificação de agroecológico e que comercializa com o PNAE. A Família 02, já fez a transição, mas não tem certificação, nem participa de qualquer forma associativa.

É transparente a fragilidade dos agricultores no mercado e a necessidade premente de organização social para superar a ação do intermediário e o gargalo da comercialização. Sem a associação ao Grupo Sabores da Terra o agricultor da Família 01, provavelmente não teria obtido a certificação através da rede ECOVIDA e não estaria inserido no mercado agroecológico. Com relação à associação quilombola Rosa Osório Marques, no contexto de transição agroecológica e em outras instâncias, se mostra passiva e fragilizada.

Também foi possível comprovar as mudanças na qualidade de vida desses agricultores ao agregaram as suas vidas hábitos mais saudáveis na alimentação e preocupação com o meio ambiente. Apesar de alguns terem práticas tradicionais que remetem a agroecologia, essas quando associadas ao sistema convencional não se constituem verdadeiramente agroecológicas. A prova cabal do abandono do sistema convencional nessas famílias é o fato de hoje consumirem seus cultivos, que até então eram refratários, a banana e derivados viraram pratos quase diários.

A transição agroecológica contribuiu para a elevação da autoestima entre os agricultores agroecológicos, vaidosos e ciosos das suas responsabilidades com relação à saúde e meio ambiente. Impregnados do sentimento de orgulho, por produzirem alimentos orgânicos e por estarem contribuindo para a alimentação saudável.

É possível perceber a importância das políticas públicas reparatórias e compensatórias na trajetória dos agricultores. E a insustentabilidade de suas propriedades, pois todos dependem de renda não agrícola para a sobrevivência. Como foi visto quase todos são pluriativos excetuando a Família 04, que sobrevive da sua UPA, mas agrega como praticamente todos, renda não agrícola, aqui com duas aposentadorias. Também averigua-se, que todas têm em comum o acesso a outras políticas públicas, menos a Família 02, mas possivelmente vai passar a fazer uso após o nascimento do filho que o casal espera. O estudo corrobora a tese de Claudino et al. (2012), de que as políticas públicas se tornam mecanismos capazes de promover a transição para a agroecologia, e trazem alternativas para atenuar os impactos ambientais decorrentes da agricultura convencional levando ao desenvolvimento rural sustentável. As políticas produziram mudanças comportamentais nessas famílias, nas práticas agrícolas, na alimentação, no zelo com o meio ambiente, em alguns casos conscientizando em outros reforçando os preceitos agroecológicos.

Finalmente, pode-se dizer que o desfecho das políticas públicas reparatórias hoje norteia os projetos de produção e comercialização agroecológica. Pois, muitos agricultores

dependem da ampliação de suas terras para se inserir nesse mercado, o que depende exclusivamente das políticas reparatórias, com a reapropriação de terras. No entanto, as políticas compensatórias desempenharam, no quilombo um papel primordial para a inserção no universo agroecológico com a função precípua de valorizar, resgatar, viabilizar, implantar essas práticas. É provável que caso a política compensatória DNIT, venha a ter continuidade e as ações da segunda parte do PBA se concretizem, isso potencializará as ações anteriores, e terá abrangência maior na população quilombola, ampliando os resultados.

Fica a sugestão de uma política pública direcionada ao quilombo que fomenta atividades relacionadas à produção agroecológica, com a implantação de agroindústrias e feira agroecológica, aliadas ao turismo rural, fortalecendo os laços associativos e incentivando o cooperativismo e a inserção em redes. O que daria maior flexibilidade e condições de sustentação no mercado aos produtores agroecológicos e em transição.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- ANJOS, J. C. G. dos. *Levantamento Socioeconômico e Cadastramento da Comunidade de Morro Alto – Maquine/Osório – RS*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Relatório de Gestão da Fundação Cultural Palmares de 2011*. Brasília: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2012/04/relatorio-de-gestao-2011.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Subsídio para Balanço das Ações Governamentais de Segurança Alimentar e Nutricional da Implantação do Sistema Nacional*. Brasília: [s.n.], 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/caisan/arquivos/Subsidio%20para%20Balanco%20das%20Acoes%20Governamentais%20de%20SAN%20e%20da%20Implantacao%20do%20Sistema%20Nacional.PDF/download>. Acesso em: 12 fev. 2013.
- CAPORAL, F. R. *Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis*. Brasília: [s.n.], 2009. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/911596>> Acesso em: 10 dez. 2012.
- CAPORAL, F. R. *CAISAN Resolução nº01-2009*. Subsídio para Balanço das Ações Governamentais de Segurança Alimentar e Nutricional e da Implantação do Sistema Nacional. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional+2 anos. Disponível em: <www.mds.gov.br/.../2009/Sisan%20Resolucao%20no%2001-...> Acesso em: 5 abr. 2013.
- CAPORAL, F. R. *Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações*. Disponível em: <http://www.cpatia.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2449>. Acesso em: 15 dez. 2012.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER J. A. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural*. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/CAPORAL_e_COSTABEBER_agroecologia.pdf. Acesso em: 10 dez. 2012.
- CASTRO, D. de et al. *História Natural e Cultural de Maquiné*. Porto Alegre: Via Sapiens, 2009. Disponível em: <www.onganama.org.br/pesquisas/Livros/livro_maquine.pdf>. Acesso em: 13 set. 2011.
- CATAFESTO, J. O. *Ministério Público Federal Núcleo das Comunidades Indígenas e Minorias Étnicas*. Porto Alegre:2011. fl. 754.
- CLAUDINO, S. L. D. et al. *Diversidade e Consideração sob o Prisma da Agroecologia: agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: EMATER, 2012 Disponível

em: <<http://www.emater.tche.br/hotsite/revista/freepaper2/index.php?swf=../../site/sistemas/administracao/tmp/2103551039.swf&nome=>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

COELHO-DE-SOUZA, G. et al (Org.). *Transformações no Espaço Rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad025.pdf#page=25>> Acesso em: 5 dez.2012.

COELHO-DE-SOUZA, G. et al. *Patrimônio Socioambiental da Bacia Hidrográfica do rio Tramandaí*. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

COELHO, J. *Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS*. 2005. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3820&Itemid=216> Acesso em 05 mar. 2013.

CONTI, I. L. E.M. *nº 003-2012/CONSEA*. 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/consea/plenarias/exposicao-de-motivos/e.-m.-no-003-2012>> Aceso em: 06 mar. 2013.

Dal SOGLIO, F.; KUBO, R. R.; (Org.) *Agricultura e Sustentabilidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

FERNANDES, M. B., RAMOS, I. C. A., SANTOS, S. dos. *Programa Básico de Apoio: A Comunidade Quilombola de Morro Alto/RS e a duplicação da BR101*. Brasília, fevereiro de 2007.

GERHARDT, C. H. et al. *Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Município de Maquiné-RS: perspectiva para um Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, 2002. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/523.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

GOOGLE. *Mapa do quilombo de Morro Alto*. Disponível em: <<http://www.comunidadeaguapes.blogspot.com>> Acesso em: abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo/>>. Aceso em: 13 abr. 2013.

KRAEMER, M. F. E. *Agricultura e Estratégias de Reprodução Socioeconômica no Quilombo do Morro Alto-Maquiné/RS: cenários de desenvolvimento local através da análise de sistemas agrários*. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LITTLE, P. E. *Etnodesenvolvimento Local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global*. 2002. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/693.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2013.

LUTZENBERGER, J. *O Absurdo da Agricultura*. 2001. Disponível em: <http://moodle.institucional.ufrgs.br/file.php/11896/Abs_Agric_Lutz.pdf> Acesso em: 22 out. 2010.

MENEGETTI, G. A. *Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura Familiar*. 2000. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/digital/art18.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2013.

MERIGO, J.; MUNIZ, A. M. *Questões Iniciais Para a Discussão do Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas*. 2003 Disponível em: <http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.131488001256814614_2._politicas_publicas.pdf> Acesso em: 15 dez. 2012.

MIELITZ NETO, C. G. A.; MELO, L. *Políticas Públicas Agrárias e Agrícolas e seus Instrumentos*. 2009. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/pluginfile.php/291229/mod_resource/content/0/Aula_1_modulo_3_politica_publica_agrarias_agricolas_e_seus_instrumentos.pdf> Acesso em: 21 abr. 2013.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 13 abril 2013.

PAULUS, G. *Sisrap: uma ferramenta para registro e acompanhamento de dados da transição agroecológica*. 2007. Disponível em: <<http://www.abaagroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/viewFile/7138/5247>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E. *Das Concepções Clássicas à Abordagem Territorial: para (re) pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar*. 2008. Disponível em: <http://moodleinstitucional.ufrgs.br/pluginfile.php/162726/mod_resource/content/0/PLAGEDER2/MaterialDeApoio/Modulo3/Das_concepcoes_classicas_a_abordagem_territorial.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2013.

RAMOS, M. O. As Crianças estão se Sentindo Importantes: avanços na alimentação escolar a partir da lei 11.947/2009 e da compra da agricultura familiar. 2011. Disponível em: <<http://www.facos.edu.br/old/galeria/129072011032717.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

ROSA, M. D. *Princípio da Igualdade e o Acesso ao Ensino Superior ante as Ações Afirmativas*. 2012 Disponível em: <<http://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/.../956>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

ROVERSI, M. M. S.; D'ÁVILA, C. R. Programa de Aquisição de Alimentos. In: CONTI, I. L. *Programa de aquisição de alimentos: uma inovação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional*. 2010. Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/sg/conselhos/comsea/doc/2011/livroaa_%20ebook.pdf> Acesso em: 02/04/2013.

SANTILLI, J. *Socioambientalismo e Novos Direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TAVARES, M. da C. *Notas de Aula sobre o Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 2007. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentistas.com.br/desempregozero/wpcontent/uploads/2007/09/notas-de-aula-sobre-o-desenvolvimento-economico-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

TRIVIÑOS, A. N. da S. *Bases Teórico-Metodológicas da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais*. Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 2001.

VERDUM, Ricardo. *Etnodesenvolvimento Nova/Velha Utopia do Indigenismo*. 2006. Disponível em: <http://www.iheal.univ-paris3.fr/IMG/pdf/Tese_Verdum_etno_desenvolvimento.pdf> Acesso em: 7 jan. 2013.

APÊNDICE I – Roteiro de entrevista Ação Nascente Maquine – ANAMA

Nome:

Formação:

Cargo que ocupa:

Quanto tempo está na função:

1. Que importância a ANAMA atribui a agroecologia?
2. Como vocês avaliam a transição agroecológica na região?
3. Como ocorre a organização da produção e comercialização agroecológica?
4. A ANAMA realiza projetos de capacitação no Quilombo de Morro Alto?
5. Quantos e quais cursos foram oferecidos pela ANAMA, ao público do quilombo de Morro Alto?
6. A ANAMA dá assessoria específica aos agricultores do quilombo sobre como acessar os projetos de produção e comercialização?
7. Quantas famílias de agricultores produzem de forma agroecológica em Morro Alto?
8. Os agricultores familiares do Quilombo recorrem a ANAMA com que frequência e com quais demandas?
9. Quais são os serviços que a ANAMA presta aos agricultores quilombolas de Morro Alto e Prainha?
10. Por que a ANAMA optou pela assessoria à produção agroecológica no Quilombo?
11. Quais são os projetos agroecológicos desenvolvidos pela ANAMA na região.
12. Quais parcerias e redes agroecológicas existem na região?
13. Como está se desenvolvendo a agroecologia em Morro Alto-Prainha.

APÊNDICE II – Roteiro de entrevista – Quilombolas de Morro Alto com produção agroecológica

Nome do agricultor:

Data de Nascimento:

Sexo

Naturalidade:

Escolaridade:

Componentes familiares: grau de parentesco, sexo, idade, escolaridade, ocupação.

1. Renda familiar mensal:
2. Exercem outras atividades profissionais fora da comunidade? Se sim, qual é a renda mensal?
3. Quais as razões que levaram vocês a optar pela agroecologia?
4. Como se deu essa mudança?
5. Quais as dificuldades encontradas para operacionalizar a transição agroecológica?
6. Vocês contaram com a ajuda de quem (pessoa ou entidade) para fazer essa transição?
7. O que ocorreu na vida de vocês com essa mudança no sistema de produção agrícola?
8. Pertencer ao quilombo e ter participado dos benefícios das medidas compensatórias
9. -DNIT, influenciou na opção pela agroecologia? Como?
10. De quais programas e projetos de políticas públicas você participa ou participou nos últimos anos?
11. Como é que vocês se organizam com relação à produção agroecológica e a comercialização?
12. Vocês produzem ao PNAE?
13. Qual é a renda média mensal da venda dos produtos agroecológicos?
14. Vantagens e desvantagens de produzir e comercializar agroecológicos?
15. Vocês já tinham associação antes de fazer a transição ou fundaram a associação para isso?
16. Qual é o papel da associação na vida de vocês?
17. Como você avalia a mudança de sistema de cultivo e a melhoria de qualidade de vida?
18. Quais os aspectos positivos e os negativos na transição agroecológica.